INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)

SERVIÇO SOCIAL

AQUILOMBAMENTO E ANCESTRALIDADE: O PAPEL DOS TERREIROS DE CANDOMBLÉ NO FORTALECIMENTO DAS REDES DE ACOLHIMENTO E (RE)EXISTÊNCIA SOCIAL

CRISTIANE APARECIDA AUREO GALDINO

Foz do Iguaçu
2025

Versão Final Homologada
13/01/2026 18:15

INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)

SERVIÇO SOCIAL

AQUILOMBAMENTO E ANCESTRALIDADE: O PAPEL DOS TERREIROS DE CANDOMBLÉ NO FORTALECIMENTO DAS REDES DE ACOLHIMENTO E (RE)EXISTÊNCIA SOCIAL

CRISTIANE APARECIDA AUREO GALDINO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof. Ma. Elmides Maria Araldi

Foz do Iguaçu
2025

Versão Final Homologada
13/01/2026 18:15

CRISTIANE APARECIDA AUREO GALDINO

AQUILOMBAMENTO E ANCESTRALIDADE: O PAPEL DOS TERREIROS DE CANDOMBLÉ NO FORTALECIMENTO DAS REDES DE ACOLHIMENTO E (RE)EXISTÊNCIA SOCIAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Política e Sociedade da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

BANCA EXAMINADORA

_____
Orientadora: Prof. Ma. Elmides Maria Araldi
Serviço Social/UNILA

_____
Prof. Drª Édina Mayer Vergara
Serviço Social/UNILA

_____
Prof. Pós-Doutora Angela Maria De Souza
Antropologia/UNILA

Foz do Iguaçu, 26 de novembro de 2025.

Versão Final Homologada
13/01/2026 18:15

Dedico este trabalho à minha mãe, fonte inesgotável de amor, força e sabedoria. Sua trajetória de luta, acolhimento e resistência é inspiração diária para que eu siga valorizando nossas raízes, nossa ancestralidade e a importância do cuidado coletivo. Que este estudo seja também um tributo à sua coragem e ao seu exemplo, que me ensinaram a nunca desistir diante dos desafios e a honrar a história de nossa família e de nosso povo. Obrigada por ser meu quilombo, meu axé e minha maior referência de dignidade e justiça.

Versão Final Homologada
13/01/2026 18:15

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha família, pelo apoio incondicional e pela força nos momentos de desafio. Expresso minha gratidão à orientadora Prof. Ma. Elmides Maria Araldi, pela dedicação, paciência e incentivo ao longo de toda a pesquisa. Reconheço o valor das companheiras de pesquisa do Núcleo Afro Latino-Americano e Caribenho (NEALA), principalmente da Professora Ângela Maria de Souza e de todo o Egbé (comunidade) do Ilê Asé Oju Ogún Fúnmilaiyó, que compartilharam experiências e saberes fundamentais para a construção deste trabalho. Agradeço também aos autores e pesquisadoras cujas obras e reflexões enriqueceram o debate acadêmico e ampliaram minha compreensão sobre os terreiros de Candomblé e as políticas de acolhimento. Por fim, dedico este trabalho a todas as pessoas que lutam diariamente pela valorização das tradições africanas e afro-brasileiras, pela justiça social e pelo respeito à diversidade.

Versão Final Homologada
13/01/2026 18:15

“No Candomblé, encontramos a força da ancestralidade,
a sabedoria dos mais velhos e a conexão com os
mistérios da vida e da morte.”
— Mãe Stella de Oxóssi

Versão Final Homologada
13/01/2026 18:15

RESUMO

A valorização das religiões de matriz africana e dos terreiros de Candomblé como espaços de acolhimento, resistência e produção de saberes tem ganhado destaque no que diz respeito ao debate acadêmico e nas políticas públicas brasileiras, especialmente diante dos desafios impostos pelo racismo estrutural, pela marginalização das populações negras e pela invisibilidade institucional dessas comunidades. Este trabalho teve como objetivo analisar o papel dos terreiros de Candomblé no fortalecimento das redes de acolhimento e (re)existência social, especialmente para populações negras, periféricas, mulheres e LGBTQIAP+. A metodologia utilizada foi por meio de uma abordagem qualitativa, fundamentada na análise documental e bibliográfica de artigos científicos, dissertações, teses e livros publicados, selecionados por critérios temáticos, diversidade geográfica e temporal, e representatividade das vozes dos povos de terreiro, acessando bases como SciELO, Google Scholar e periódicos institucionais. A metodologia comparativa cruza os princípios de referência da assistência social com os princípios religiosos dos terreiros, evidenciando convergências e potencialidades para políticas públicas inclusivas e respeitosas às tradições afro-brasileiras. Os resultados mostraram que os terreiros de Candomblé funcionam como territórios de cuidado integral, solidariedade e transmissão de saberes ancestrais, atuando como agentes legítimos de proteção social e saúde da comunidade. As práticas como comensalidade, hospitalidade ritual e acolhimento psicossocial são essenciais para o pertencimento e enfrentamento ao racismo estrutural e religioso. O estudo evidenciou que há invisibilidade institucional dos terreiros nas políticas públicas e na vigilância socioassistencial, o que dificulta o reconhecimento desses espaços como parceiros estratégicos do Estado. Recomendo para pesquisas futuras sobre o aprofundamento dos impactos das práticas de acolhimento dos terreiros na saúde mental e no bem-estar das populações atendidas, a realização de pesquisas de campo com escuta ativa das comunidades e o desenvolvimento de metodologias participativas para o mapeamento dos terreiros, além da articulação intersetorial entre assistência social, saúde, educação e cultura, visando políticas públicas mais inclusivas, antirracistas e respeitosas às tradições afro-brasileiras.

Palavras-chave: acolhimento social; ancestralidade; aquilombamento; candomblé; políticas públicas inclusivas.

Versão Final Homologada
13/01/2026 18:15

RESUMEN

La valoración de las religiones afrobrasileñas y los terreiros (centros religiosos) de Candomblé como espacios de acogida, resistencia y producción de conocimiento ha ganado prominencia en el debate académico brasileño y las políticas públicas, especialmente frente a los desafíos que plantean el racismo estructural, la marginación de las poblaciones negras y la invisibilidad institucional de estas comunidades. Este trabajo tuvo como objetivo analizar el papel de los terreiros de Candomblé en el fortalecimiento de las redes de acogida y (re)existencia social, especialmente para las poblaciones negras, marginadas, mujeres y LGBTQIAP+. La metodología utilizada fue un enfoque cualitativo, basado en el análisis documental y bibliográfico de artículos científicos, disertaciones, tesis y libros publicados, seleccionados según criterios temáticos, diversidad geográfica y temporal, y representatividad de las voces de las comunidades terreiras, accediendo a bases de datos como SciELO, Google Scholar y revistas institucionales. La metodología comparativa cruza los principios de referencia de la asistencia social con los principios religiosos de los terreiros (centros religiosos afrobrasileños), destacando las convergencias y el potencial de políticas públicas inclusivas que respetan las tradiciones afrobrasileñas. Los resultados mostraron que los terreiros del Candomblé funcionan como territorios de atención integral, solidaridad y transmisión de conocimientos ancestrales, actuando como agentes legítimos de protección social y salud comunitaria. Prácticas como la comensalidad, la hospitalidad ritual y el apoyo psicosocial son esenciales para la pertenencia y el enfrentamiento al racismo estructural y religioso. El estudio reveló la invisibilidad institucional de los terreiros en las políticas públicas y la vigilancia de la asistencia social, lo que dificulta el reconocimiento de estos espacios como socios estratégicos del Estado. Recomiendo que futuras investigaciones profundicen en los impactos de las prácticas de acogida de los terreiros (centros religiosos afrobrasileños) en la salud mental y el bienestar de las poblaciones atendidas, realicen investigaciones de campo con escucha activa de las comunidades y desarrollen metodologías participativas para el mapeo de los terreiros, además de la colaboración intersectorial entre asistencia social, salud, educación y cultura, apuntando a políticas públicas más inclusivas, antirracistas y respetuosas de las tradiciones afrobrasileñas.

Palabras clave: inclusión social; ascendencia; quilombos (comunidades cimarronas); candomblé (religión afrobrasileña); políticas públicas inclusivas.

Versão Final Homologada
13/01/2026 18:15

ABSTRACT

The appreciation of Afro-Brazilian religions and Candomblé terreiros (religious centers) as spaces of welcoming, resistance, and knowledge production has gained prominence in Brazilian academic debate and public policies, especially in the face of challenges posed by structural racism, the marginalization of Black populations, and the institutional invisibility of these communities. This work aimed to analyze the role of Candomblé terreiros in strengthening networks of welcoming and social (re)existence, especially for Black, marginalized, women, and LGBTQIAP+ populations. The methodology used was a qualitative approach, based on documentary and bibliographic analysis of scientific articles, dissertations, theses, and published books, selected according to thematic criteria, geographical and temporal diversity, and representativeness of the voices of terreiro communities, accessing databases such as SciELO, Google Scholar, and institutional journals. The comparative methodology cross-references the reference principles of social assistance with the religious principles of the terreiros (Afro-Brazilian religious centers), highlighting convergences and potential for inclusive public policies that respect Afro-Brazilian traditions. The results showed that Candomblé terreiros function as territories of integral care, solidarity, and transmission of ancestral knowledge, acting as legitimate agents of social protection and community health. Practices such as commensality, ritual hospitality, and psychosocial support are essential for belonging and confronting structural and religious racism. The study revealed the institutional invisibility of terreiros in public policies and social assistance surveillance, which hinders the recognition of these spaces as strategic partners of the State. I recommend that future research delve deeper into the impacts of the welcoming practices of terreiros (Afro-Brazilian religious centers) on the mental health and well-being of the populations served, conduct field research with active listening to the communities, and develop participatory methodologies for mapping terreiros, in addition to intersectoral collaboration between social assistance, health, education, and culture, aiming for more inclusive, anti-racist public policies that respect Afro-Brazilian traditions.

Key words: social inclusion; ancestry; quilombos (maroon communities); candomblé (Afro-Brazilian religion); inclusive public policies.

Versão Final Homologada
13/01/2026 18:15

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 10

2 CAPÍTULO 1 - FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO BRASIL: ANCESTRALIDADE, AQUILOMBAMENTO E A POLÍTICAS PÚBLICAS 14

2.1 COLONIZAÇÃO, RACISMO ESTRUTURAL E O PROCESSO DE RESISTÊNCIA NEGRA 15

2.1.1 COLONIZAÇÃO, RACISMO RELIGIOSO, AQUILOMBAMENTO E TERRITÓRIOS DE ACOLHIMENTO..... 16

2.2 CULTURA E MÚSICA: EXPRESSÕES DA RESISTÊNCIA E DA ESPIRITUALIDADE NEGRA 19

2.2.1 A Influência e Resistência da Música Preta Brasileira 21

3. CAPÍTULO 2 – POLÍTICAS PÚBLICAS E TERREIROS DE CANDOMBLÉ COMO ESPAÇOS DE ACOLHIMENTO E PROTEÇÃO SOCIAL: RESULTADOS DA BUSCA POR AUTORAS E AUTORES NEGROS/AS SOBRE A TEMÁTICA DO ACOLHIMENTO E DA PROTEÇÃO SOCIAL NO CANDOMBLÉ 27

3.1 AS CONTRIBUIÇÕES EM DISSERTAÇÕES E TESES PARA A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS 28

3.2 RESISTÊNCIA POLÍTICA E DIREITOS CULTURAIS 36

3.3 - EDUCAÇÃO, INFÂNCIA E TRANSMISSÃO DE SABERES 38

3.4 TERRITÓRIOS, PROTEÇÃO SOCIAL E REPRESENTAÇÕES..... 39

3.4.1 As Leis Que Incluíram Cargos Religiosos Afro Como Profissão..... 42

3.4.2 A Problemática Do Mapeamento De Terreiros Não Estarem No Radar Da Vigilância Socioassistencial 43

3.4.3 Contribuições das Religiões De Matrizes Africanas Na Construção De Políticas Públicas Para A População 44

3.4.4 CRUZAMENTO METODOLÓGICO ENTRE PRINCÍPIOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E PRINCÍPIOS RELIGIOSOS DE MATRIZ AFRICANA 46

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS 48

REFERÊNCIAS 50

Versão Final Homologada
13/01/2026 18:15

1 INTRODUÇÃO

O estudo propõe analisar o aquilombamento, compreensão como forma de resistência e organização coletiva negra em “O conceito de quilombo e a resistência cultural negra” de Beatriz Nascimento (2006), articulado à ancestralidade no contexto dos terreiros de candomblé, compreendido como espaços de pertencimento que resgatam práticas históricas de acolhimento, solidariedade e cuidado comunitário, contribuindo para proteção emocional, apoio material e identidade identitária de sujeitos em vulnerabilidade. Ao mobilizar a noção de “letramentos de reexistência” desenvolvida por Ana Lúcia Silva Souza em “Letramentos de reexistência: poesia, grafite, música, dança: hip-hop” (2011), a pesquisa busca compreender como os terreiros constroem redes de (re)existência que resultam à marginalização de comunidades negras e periféricas. Nesse sentido, problematiza-se o fato de que, embora a identidade dos terreiros preservem a cultura e espiritual afro-brasileira e atuem como importantes dispositivos de acolhimento e resistência, sua centralidade na formação de redes de proteção e nas práticas de cuidado relatadas é reconhecida pelas políticas públicas de assistência social, questão discutida por Marcelo Barros dos Santos em “Gestão social, terreiros de candomblé e políticas públicas” (2025), colocando como problema central de investigação de que modo os ritos religiosos e demais práticas dos terreiros afastados para o acolhimento frente à exclusão social.

O mapeamento de terreiros (Caderno Maloca 2, pesquisas sobre casas como o Ilê Asé Oju Ogún Fúnmilaiyó e cadastros de associações de umbanda e candomblé) pode ser lido em diálogo com o recorte territorial já produzido pela política de assistência social em Foz do Iguaçu, que organiza a rede por meio de CRAS, CREAS, Centros Pop e diagnósticos socioterritoriais. A Vigilância Socioassistencial do município trabalha com mapas de vulnerabilidade, distribuição de serviços e cobertura da rede, o que permite sobrepor (mesmo que qualitativamente) a localização dos terreiros em áreas prioritárias de atenção social. Assim, no TCC, é possível argumentar que os terreiros são equipamentos comunitários de acolhimento situados nos mesmos territórios de maior vulnerabilidade identificados pela rede socioassistencial, evidenciando que, embora não sejam reconhecidos formalmente como serviços do SUAS, já possuem funções de proteção, apoio material e fortalecimento de vínculos em regiões atendidas por CRAS e CREAS.

O estudo analisa os terreiros de candomblé como quilombos ancestrais e sociais que, desde a origem, revelam espaços de resistência ao racismo, de fortalecimento da identidade negra e de acolhimento histórico de pessoas negras, mulheres e

Versão Final Homologada
13/01/2026 18:15

LGBTQIAPN+, afirmando formas plurais de existência e de luta antirracista, em diálogo com as reflexões sobre gênero, sexualidade e religiosidade apresentadas por Lima e Bomfim em *Religião, gênero e sexualidade: interseções nos terreiros de candomblé* (2021). Nesse sentido, a pesquisa busca compreender como essas práticas comunitárias e ancestrais podem inspirar outras experiências de acolhimento social e tencionar o campo do Serviço Social e das políticas públicas de assistência, tomando como referência a leitura de Lira e Spigolon em *Quilombo espiritual: Candomblé, identidade negra e luta antirracista* (2024), que compreendem o Candomblé como lugar de organização coletiva, reconhecimento e fortalecimento da população negra. À luz da discussão histórica desenvolvida por Santos em *Religiões afro-brasileiras e resistência à escravidão* (2008), o Candomblé é entendido não apenas como religião, mas como uma forma de (re)existência coletiva forjada na resistência à escravização, à criminalização e à imposição de uma religiosidade hegemônica, tornando-se símbolo da força ancestral e da continuidade da cultura africana no Brasil. Na continuidade dessa trajetória, a obra de Queiroz em *Casa Branca do Engenho Velho: matriarcas do Candomblé e formação do Candomblé Ketu no Brasil* (2022) evidencia como o Ilê Axé Iyá Nassô Oká, contínua por Iyá Nassô, Mãe Marcelina, Mãe Aninha e Mãe Menininha do Gantois, se constituiu historicamente como território de proteção social, liderança feminina e organização coletiva diante da violência racista e das heranças da escravização, afirmando o terreiro como lugar de cuidado, amparo e construção de projetos de vida para a população negra. Já Marques, em *Racismo religioso e resistência nos terreiros de candomblé* (2024), discute o racismo estrutural e religioso como continuidade das lógicas escravistas, mostrando como a criminalização, os ataques a terreiros e a deslegitimação das religiosidades afro-brasileiras se articulam a um projeto de apagamento da presença negra, ao mesmo tempo em que revela que os terreiros se posicionando como de acolhimento, espaços identitários e enfrentamento político. Em diálogo com essas leituras, a pesquisa aproxima o conceito de aquilombamento de Beatriz Nascimento (2006), a escrevivência de Conceição Evaristo (2020) e a Amefricanidade de Lélia Gonzalez (1988), compreendendo os terreiros como quilombos contemporâneos que, ao articular ancestralidade, cuidado e organização, produzem respostas concretas ao racismo estrutural e se inscrevem como referências para o campo do Serviço Social e para a formulação de políticas públicas de proteção e garantia de direitos.

Peço licença a/aos leitoras/es para, nesta monografia, assumir uma escrita em primeira pessoa, em consonância com a proposta de escrevivência e com o Itã que atravessa minha trajetória no Candomblé. A adoção da primeira pessoa neste Trabalho de

Versão Final Homologada
13/01/2026 18:15

Conclusão de Curso ancora-se no conceito de *escrevivência* , formulado por Conceição Evaristo, entendido como uma escrita que emerge das experiências concretas dos sujeitos, especialmente de mulheres negras, e que transforma vivências individuais em enunciação de uma coletividade. Longe de configurar um mero relato intimista, a escrevivência tenciona fronteiras entre autobiografia, testemunho e crítica social, assumindo a memória e o corpo de quem escreve como lugares legítimos de produção de conhecimento. Assim, ao narrar em primeira pessoa, este trabalho reivindica o direito epistêmico de inscrever a própria trajetória e os afetos que a atravessam como parte constitutiva da análise, articulando experiência e reflexão teórica em uma perspectiva comprometida com a história e com as lutas de grupos subalternizados.

Iniciada no candomblé, ato onde renascemos para a ancestralidade que nos cerca, em São Lourenço da Serra - São Paulo, no Asé Ofá Bebe, por Carlos Lopes de Almeida, conhecido como Carlinhos de Iansã, me torno Iyalasé no Ilê Asé Oju Ogún Fúnmilaiyó, fundado por minha mãe consanguínea e herdado por minha irmã, Roberta e por mim após seu renascimento ao Orun (morte), não me coloco apenas como observadora externa, mas como parte dessa história, carregando em meu corpo-memória a ancestralidade de povos africanos escravizados e a marca de uma formação social brasileira estruturada pelo racismo, pela marginalização e pela tentativa de invisibilização das religiões de matriz africana. Assim, ao tratar dos terreiros como espaços ancestrais de acolhimento e proteção social, busco inscrever minha própria experiência como Itã vivo deste trabalho, entendendo que falar de acolhimento, proteção e luta antirracista no Candomblé é também narrar as formas pelas quais minha caminhada, minha família e minha comunidade encontraram resistência, cuidado e possibilidade de (re)existir.

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada em análise documental e bibliográfica de artigos científicos, livros, dissertações e teses que tratam os terreiros de religiões afro-brasileiras como espaços de acolhimento, resistência política, cuidado em saúde, educação e proteção social. O levantamento foi realizado por meio de pesquisas na internet, utilizando a ferramenta Google com a pergunta: “Me aponte referências de autores pertencentes às religiões de matriz africana que escreveram sobre proteção social, ancestralidade, acolhimento e o Candomblé”, priorizando produções de diferentes períodos e regiões, bem como aquelas que valorizam as vozes dos povos de terreiro. A análise dos materiais considera os princípios éticos da pesquisa em ciências humanas, respeitando os saberes tradicionais e a epistemologia afro-brasileira, e busca evidenciar como os terreiros se configuram como espaços plurais de cuidado, resistência e

Versão Final Homologada
13/01/2026 18:15

produção de saberes, articulando dimensões sociais, políticas e ancestrais. Na condição de pesquisadora em formação no Serviço Social e pertencente ao Candomblé, a autora mobiliza sua própria escrevivência e pertencimento religioso como parte do percurso metodológico, contribuindo para o debate sobre o exercício profissional de assistentes sociais e a interface entre políticas públicas, proteção social e comunidades tradicionais de matriz africana.

Assim, no primeiro capítulo, apresentamos o percurso histórico e conceitual que fundamenta o estudo, discutindo ancestralidade, aquilombamento, escrevivência e amefricanidade, bem como o papel dos terreiros de candomblé na resistência ao racismo e na proteção social. No segundo capítulo, abordamos o contexto das políticas públicas, analisando a interface entre proteção social, raça, religiosidade e os espaços de acolhimento ancestral, com destaque para os terreiros como territórios de cuidado e (re)existência. Por fim, são tecidas as considerações finais, que, sem a pretensão de esgotar o objeto, pretendem sistematizar os principais achados e apontar a necessidade de aprofundamento do tema em estudos futuros.

Versão Final Homologada
13/01/2026 18:15

2 CAPÍTULO 1 - FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO BRASIL: ANCESTRALIDADE, AQUILOMBAMENTO E A POLÍTICAS PÚBLICAS

A formação sócio histórica do Brasil está ancorada em um projeto colonial que estruturou uma sociedade sobre a escravização de povos africanos e seus descendentes, produzindo uma lógica de racialização que permanece operando no presente como racismo estrutural, organizando o acesso a direitos, territórios e políticas públicas. Nesse percurso, a experiência negra no Brasil não pode ser compreendida apenas como resultado da violência, mas também a partir das formas de organização, resistência e reinvenção produzidas por esses sujeitos, entre as quais se destacam a ancestralidade como eixo de continuidade histórica e o aquilombamento como prática política e comunitária de proteção e liberdade. Ao pensar o Brasil a partir dessa chave, evidencia-se que as populações negras não foram apenas objeto de violência estatal e senhorial, mas sujeitos que realizam estratégias de (re)existência, como os quilombos, terreiros e outras formas de organização coletiva, que tencionam até hoje como bases de uma sociedade marcada pela desigualdade racial. Nessa direção, a afirmação de Angela Davis, de que “quando uma mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela”[1], ajuda a compreender o papel central das mulheres negras nesse processo: ao se organizarem em quilombos, terreiros, movimentos sociais e nas políticas públicas, elas deslocam o lugar de subalternidade que foi historicamente designado e reconfiguraram como possibilidades de vida para toda a coletividade. Do mesmo modo, a máxima “não somos filhos de escravos, somos filhos de pessoas que foram escravizadas” reforça a necessidade de romper com narrativas desumanizadoras, recolocando as pessoas negras como sujeitos históricos, detentores de nome, território, memória e direito a bens.

Uma discussão sobre ancestralidade e aquilombamento, trabalhada por autoras como Beatriz Nascimento (2006) para compreender o quilombo como experiência histórica e também como categoria política e simbólica, permite articular a luta pela terra, pela liberdade e pela dignidade com os debates contemporâneos sobre proteção social e políticas públicas. Nessa perspectiva, os quilombos – e, por extensão, os terreiros e comunidades tradicionais de matriz africana – são entendidos como territórios de produção de saberes, de cuidado e de organização coletiva, que precedem em muito a

[1] Informação de circulação oral.

Versão Final Homologada
13/01/2026 18:15

institucionalização da política de assistência social, mas que dialogam com seus objetivos de enfrentar situações de risco e vulnerabilidade. Quando a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) autoriza povos e comunidades tradicionais, incluindo quilombolas e povos de terreiro, como segmentos sujeitos a maiores graus de riscos sociais, abre-se um campo importante para pensar como as práticas de acolhimento, solidariedade e proteção – já presentes nesses territórios – podem e devem ser consideradas na formulação, execução e controle social das políticas públicas. Isso implica reconhecer que as respostas construídas nos quilombos e terreiros não são apenas “complementares” à proteção social estatal, mas especificamente matrizes de cuidado e justiça social enraizadas em cosmologias próprias, que descolonizam as noções hegemônicas de bem-estar e de cidadania.

Ao abordar a formação sócio histórica do Brasil, a ancestralidade africana e afro-brasileira e o aquilombamento das políticas públicas contemporâneas, especialmente da assistência social, torna-se possível evidenciar como o racismo estrutural segue repercutindo no presente – nas taxas de pobreza, na violência policial, nos obstáculos de acesso a serviços e programas – e como as comunidades negras constroem, há séculos, respostas próprias de proteção e acolhimento. Quilombos, terreiros e outras formas de organização comunitária podem ser lidos como “laboratórios” de proteção social, nos quais valores como solidariedade, reciprocidade, cuidado intergeracional e defesa do território operam como princípios orientadores das práticas de acolhimento e proteção. A partir dessa leitura, este capítulo busca reconstruir, de forma sintética, o percurso histórico que liga escravização, racismo estrutural e organização política negra; discutir a centralidade da ancestralidade e do aquilombamento como chaves analíticas; e, por fim, dialogar com a PNAS e com os debates recentes sobre povos e comunidades tradicionais, diminuindo em que medida as políticas públicas de acolhimento e proteção social podem – e precisam – ser tensionadas e enriquecidas pelos saberes e práticas ancestrais produzidas em quilombos e terreiros.

2.1 COLONIZAÇÃO, RACISMO ESTRUTURAL E O PROCESSO DE RESISTÊNCIA NEGRA

A história do povo negro no Brasil é marcada pela violência da colonização, pelo racismo estrutural e pela luta constante por dignidade e reconhecimento. Desde a chegada dos primeiros africanos escravizados, suas religiões, culturas e modos de viver

Versão Final Homologada
13/01/2026 18:15

foram perseguidos e marginalizados. No entanto, mesmo diante de tanta opressão, a resistência nunca cessou. Os quilombos, os terreiros de Candomblé e outras formas de organização negra sempre foram espaços de acolhimento, proteção e construção de novas possibilidades de existência. Este é o problema deste estudo, indagar como os terreiros podem e devem ser vistos também como espaços de acolhimento social, e exemplos para exercícios de cidadania na sociedade em auxílio à grupos subalternizados. Sobre a noção de racismo estrutural Silvio Almeida ensina:

> o racismo é uma consequência da própria estrutura social, ou seja, do modo "normal" de se manter as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desajuste institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são decorrentes de uma sociedade cujo racismo é a regra e não a exceção. O racismo é parte de um processo social que acontece "pelas costas" dos indivíduos e lhes parece legado da tradição. (Almeida, 2019, p.50)

Este capítulo busca compreender como a colonização impôs um sistema racista que ainda hoje impacta a vida da população negra e como, ao longo do tempo, essa mesma população criou estratégias de resistência para se manter viva e forte. Para isso, abordaremos dois aspectos fundamentais: o racismo religioso e a luta por direitos, e o aquilombamento como forma de resistência e construção de pertencimento.

Para Beatriz Nascimento (2018) aquilombar-se é: "Fazendo-nos lembrar hoje que o quilombo é o espaço que ocupamos. Quilombo somos nós [...] contra todas as formas conservadoras. Quilombo hoje é o momento de resgate histórico. Estamos presentes em nós, no mundo." (2018, p.352)

Lemes *et al.* (2025) sustenta que a cultura quilombola se constitui, acima de tudo, em um espaço de resistência. Ao reivindicar as práticas culturais como expressões de memória e ancestralidade, estes autores confrontam a invisibilização histórica imposta sobre as comunidades negras-rurais. Os festejos e rituais não são apenas as celebrações das comunidades, mas também atos políticos que reafirmam a dignidade e a autonomia dos sujeitos quilombolas.

2.1.1 COLONIZAÇÃO, RACISMO RELIGIOSO, AQUILOMBAMENTO E TERRITÓRIOS DE ACOLHIMENTO

A colonização europeia impôs não apenas a escravização da população negra, mas também a tentativa de apagamento de suas tradições e crenças. A imposição

Versão Final Homologada
13/01/2026 18:15

do cristianismo fez com que as religiões de matriz africana fossem demonizadas e perseguidas. No Brasil, essa violência se perpetuou ao longo dos séculos, transformando-se no que hoje chamamos de racismo religioso (Sousa; Caetano, 2024).

Pai Sidnei Nogueira explica como este tipo de preconceito atua:

> Pode-se afirmar que a intolerância religiosa não é uma questão nova na história da humanidade e muito menos na história do Brasil. Contudo, as suas feições têm mudado conforme a organização política, cultural e econômica de cada sociedade em certo tempo e espaço. Às formas de juízo que estigmatiza um grupo e exalta outro, que valoriza e dá prestígio e hegemonia a um certo "eu" em detrimento de "outrem", associamos preconceito, discriminação e intolerância e, sobretudo no caso das tradições culturais e religiosas de origem africana, racismo. Elas são sustentadas pela ignorância pela moralidade, pelo conservadorismo e, hoje, pelo poder político – que levam a ações lesivas e até em certa medida, criminosas contra um grupo humano que professa uma crença que é considerada não hegemônica. No cerne do conceito de intolerância religiosa, está a necessidade de estigmatizar para fazer o corte entre o que é normal, regular, padrão e o que é anormal, irregular, não padrão. Estigmatiza-se um exercício de poder sobre outro. Estigmatiza-se para excluir, segregar, apagar, silenciar e apartar do grupo considerado normal e de prestígio." (Nogueira, 2020, p.19)

Mesmo após a abolição formal da escravatura, a população negra continuou sendo tratada como cidadã de segunda classe. A dificuldade de acesso a direitos básicos, como moradia, educação e saúde, mostra como o racismo estrutural segue operando no país. Além disso, a criminalização da pobreza e do pertencimento étnico-religioso reforça a exclusão social e limita as possibilidades de ascensão e reconhecimento da cultura negra (Sousa; Caetano, 2024).

Carla Akotirene, chama isso de interseccionalidade, a sobreposição dos marcadores sociais de gênero, raça e classe, em suas palavras:

> Tal conceito é uma sensibilidade analítica, pensada por feministas negras cujas experiências e reivindicações intelectuais eram inobservadas tanto pelo feminismo branco quanto pelo movimento antirracista, a rigor, focado nos homens negros. (Akotirene, 2019, p.14).

Nos terreiros de Candomblé, no entanto, a resistência se fortalece. Mesmo sendo alvo de preconceito e violência, esses espaços seguem preservando saberes ancestrais, oferecendo apoio para suas comunidades e lutando pelo direito de existir e praticar livremente sua fé (Silva; Oliveira, 2023).

Conforme Tunirê, Santos, Hoshino (2022), no Ilê Asé Ojú Ogun Funmilaiyó:

> Como o termo nativo" roça", relativamente comum, expressa: "Os templos em que se pratica o candomblé, embora sejam também conhecidos por esse termo,

Versão Final Homologada
13/01/2026 18:15

> são mais comumente chamados de ‘terreiro’, ‘roça’, ‘casa - de -santo’, ou pelos termos de origem iorubana: Ilê (casa), abassá (salão), axé (força vital) ou egbé (comunidade) (Tunirê; Santos; Hoshino, 2020, p.2)

Cruz (2024) coloca que o racismo religioso, executado por parte dos membros da Polícia Militar da Bahia, representa uma grave violação dos direitos humanos e da liberdade religiosa, principalmente contra os terreiros de Candomblé e seus adeptos. Durante o período analisado, de 2005 a 2023, as operações policiais em espaços sagrados revelam não apenas uma ação desproporcional, violenta e abusiva, mas, acima de tudo, a continuidade de estigmas históricos contra as religiões de matriz africana.

Antes de afirmar que os terreiros são quilombos, é importante explicar o que são os quilombos na história do Brasil. Os quilombos foram comunidades formadas, principalmente entre os séculos XVI e XIX, por pessoas africanas e afrodescendentes que fugiram da escravização e construíram, em regiões de difícil acesso, espaços coletivos de auto-organização, trabalho, defesa e preservação de suas tradições, modos de vida e cosmologias de origem africana. Nesses territórios, estruturados a partir de laços de solidariedade, parentesco, ancestralidade e resistência política, homens e mulheres escravizados criam formas próprias de governo, produção, ancestralidade e cuidado, garantindo proteção frente à violência colonial e possibilitando viver de acordo com seus valores e raízes, e não apenas sobreviver sob o regime escravista. A partir dessa compreensão histórica – quilombo como espaço de autoproteção, liberdade e permanência de uma vida em consonância com a ancestralidade africana – é que se torna possível, depois, aproximar e discutir em que medida determinados terreiros podem ser lidos como quilombos contemporâneos (Nascimento, 2006).

De acordo o pensamento de Nascimento (2006), os terreiros afro-brasileiros também são quilombos, espaços de aquilombamento. Os quilombos foram, e ainda são, um dos maiores símbolos da resistência negra. Criados por africanos e afrodescendentes que fugiram da escravidão, esses espaços eram muito mais do que esconderijos: eram comunidades organizadas, baseadas na coletividade, no respeito às tradições e na construção de novas possibilidades de vida.

Conforme a legislação vigente, comunidades remanescentes de quilombos são formadas por pessoas que se reconhecem como descendentes de negros escravizados no Brasil e que herdaram a força e a luta dos seus ancestrais. Esses grupos surgiram como forma de resistência à escravização, criando espaços onde podiam viver com liberdade e dignidade. Cada quilombo tem sua própria história e uma relação especial com o território

Versão Final Homologada
13/01/2026 18:15

onde está localizado, já que a terra não é apenas um lugar para morar, mas também um símbolo de identidade e continuidade da cultura. Mesmo depois do fim da escravização, essas comunidades continuam enfrentando desafios para garantir seus direitos, mas seguem firmes na preservação das suas tradições e na valorização de sua ancestralidade (Garcia, 2021).

Na perspectiva de Beatriz Nascimento (2006), o aquilombamento não se restringe mais apenas aos antigos quilombos territoriais, mas se atualiza em outros espaços coletivos de resistência e acolhimento, como os terreiros de candomblé, que funcionam como redes de apoio em que pessoas negras fortalecem laços afetivos, culturais e sociais. Nesse sentido, experiências como a do Manzo Ngunzo Kaiango, em Belo Horizonte, ajudam a compreender essa ampliação, pois o próprio grupo mobilizado, de forma nativa, as noções de quilombo e terreiro para nomear seu território e sua forma de organização, enquanto pesquisadores do Nu UFMG propõem o neologismo “Quilomblé” para expressar a fusão entre quilombo e candomblé na descrição desse espaço, destacando seu caráter simultaneamente religioso, político e comunitário.

Nos terreiros, o acolhimento acontece de diversas formas: desde o fortalecimento da identidade negra, passando pelo resgate das tradições orais e rituais ancestrais, até o suporte prático diante das dificuldades do dia a dia. Esses espaços funcionam como refúgios contra o racismo e a marginalização, ajudando suas comunidades a se fortalecerem individual e coletivamente (Ministério da Igualdade Racial, 2024).

Na sequência, será apresentado como a música produzida na cultura preta se constitui como expressão estruturante da vida social, articulando ancestralidade, identidade e resistência nas experiências das populações negras.

2.2 CULTURA E MÚSICA: EXPRESSÕES DA RESISTÊNCIA E DA ESPIRITUALIDADE NEGRA

A pesquisa de Silva (2025) reitera o papel da dança afro-brasileira enquanto uma ação pedagógica poderosa para uma educação que se considere antirracista, plural e inclusiva. Ao inserir práticas corporais ancestrais nas atividades escolares, o estudo evidencia de que maneira a dança afro é capaz de promover o reconhecimento identitário, aumentar a autoestima das crianças e dos educadores, e atuar no enfrentamento do estigma e do preconceito ainda presente nas instituições escolares.

Versão Final Homologada
13/01/2026 18:15

Já o estudo de Palmeira (2024) representa um importante aporte para a pesquisa sobre a música afro-brasileira, principalmente em relação ao candomblé Nagô-Ketu. Por meio de uma análise da bateria como matriz do mundo vivenciado, o autor mostra que as camadas de significação da bateria vão além do verbal (sonoridade), alcançando a dimensão simbólica, a dimensão ritual e a dimensão identitária. Para o candomblé nagô-Ketu, a bateria não é só um instrumento musical, mas atua como mediadora da comunicação com o sagrado, entre os orixás e os participantes da celebração.

Conforme aponta Pereira (2025), o Xirê Odara corresponde à dança do corpo negro em movimento que tem a potência simbólica, estética e política da dança enquanto expressão da ancestralidade afro-brasileira. No estudo em que investiga o xirê como ritual e performance, o autor revela como o corpo negro em movimento é um território dessa resistência e dessa celebração e memória. A dança dos Orixás longe de ser tão somente manifestação artística, se constitui uma prática de afirmação de identidade e de espiritualidade, ressignificando espaços e narrativas marginalizados historicamente.

De acordo com Fonte (2021) a musicalidade dos terreiros, muito mais que objeto de estudo é apresentada como um poderoso óculo de leitura da música ocidental e uma ferramenta de transformação social e cultural. Assim, este trabalho se consubstancia como um marco na valorização da herança africana e na promoção de uma pedagogia musical antirracista e que seja enraizada na realidade brasileira.

Neste contexto, o xirê se mostra como uma festa que vai além do espetáculo: é vivência, é comunhão, é corporeidade sagrada. Através da análise dos gestos, ritmos e significados incorporados, observa-se que o corpo negro dançante não somente representa os Orixás, mas também encarna saberes ancestrais que desafiam a colonialidade e promovem o valor da cultura afro-diaspórica (Pereira, 2025).

Costa (2024) relata que a análise das performatividades ritualísticas das Iyalodês retratadas nos videoclipes da música negra brasileira contemporânea revela a potência do simbólico e do político dessas representações. Ao articular elementos do sagrado com expressões artísticas contemporâneas, os videoclipes se constituem em espaços de resistência, de afirmação identitária e de revalorização das tradições afro-brasileiras. As Iyalodês, enquanto figuras centrais da espiritualidade e da liderança feminina do Candomblé, emergem como protagonistas que desafiam os estereótipos, reivindicam ancestralidade e promovem o empoderamento da mulher negra. A música, neste sentido, vai além da sua função estética e torna-se veículo de memória, de espiritualidade e de transformação social.

Versão Final Homologada
13/01/2026 18:15

Paulek (2022) aponta que a música afro-brasileira, ao se dar no ensino da arte, favorece o reconhecimento da identidade cultural e se opõe ao apagamento do histórico da contribuição africana para a formação da sociedade brasileira. A musicalização ultrapassa, neste sentido, seu aspecto estético para tornar-se um instrumento de resistência, inclusão e valorização da diversidade. A própria letra das músicas afro-brasileiras, repleta de história, de crenças e da vivência de seu povo, se constitui em um rico repertório para o ensino crítico e reflexivo, favorecendo a formação de cidadãos mais conscientes e mais ligados à sua raiz.

Fonte (2021) descreve a relevância da musicalidade afro-brasileira como fundamento essencial da cultura popular nacional. Ao investigar os toques de candomblé e suas trajetórias até os gêneros da música popular, o autor relevou como padrões rítmicos ancestrais constituíram contemporaneamente expressões como o samba, o funk carioca e o ijexá. A proposta pedagógica apresentada, que é baseada em exercícios rítmicos e na contextualização histórica, pretende preencher a lacuna do ensino formal de música, que despreza as contribuições africanas em função de um ensino eurocêntrico.

2.2.1 A Influência e Resistência da Música Preta Brasileira

A pesquisa de Pereira (2024) revela de que modo o perfil cultural @africanizeoficial configura-se como espaço de resistência negra em relação às práticas da música e da moda, valorizando a estética afro-brasileira e promovendo, por consequência, o empoderamento identitário. A autora afirma que essas expressões culturais são capazes de reafirmar (não apenas) a ancestralidade, como também de contradizer os padrões eurocentrados[2] que lhe foram historicamente impostos.

O estudo conclui que a moda e a música atuam como ferramentas políticas que articulam discursos de resistência ao racismo e que colaboram com a autoimagem da população negra. Desse modo, o perfil estudado é um local de transformação social e cultural. A autora reitera que a visibilidade virtual se constitui em uma estratégia na luta contra o racismo estrutural. Portanto, a resistência negra manifesta-se (também) na estética e na linguagem digital.

[2] Perspectiva ou produção de conhecimento que toma a experiência histórica, os valores e a visão do mundo europeu como centro e medida universal, hierarquizando e subordinando outras culturas e epistemologias.

Versão Final Homologada
13/01/2026 18:15

Calixto (2024) examina a função do Grupo Fundo de Quintal na mudança do samba como expressão de resistência da cultura negra. A escritora expõe que o estilo musical do grupo ressignifica os elementos da tradição afro-brasileira, o que possibilita o fortalecimento da identidade negra. A pesquisa finaliza que, ao serem reestruturados por artistas como os do Fundo de Quintal, o samba se transforma em uma ferramenta de denúncia social e de afirmação da cultura. O trabalho destaca que a musicalidade e a lírica do grupo são fundamentais na preservação da memória coletiva dos afrodescendentes. Calixto destaca que a resistência se realiza tanto na sonoridade quanto na estética dos intérpretes. Desse modo, o samba reafirma-se como patrimônio cultural e político da negritude.

De acordo com Cannavô, Habowski e Galiza (2024), o rap de Djonga representa uma poderosa forma de resistência contra as desigualdades raciais e sociais no Brasil. A análise crítica das letras evidencia um discurso beligerante, que demonstra o racismo, a violência policial e a marginalização da juventude negra. Os autores concluem que Djonga utiliza a música como meio de empoderamento e conscientização, articulando saberes periféricos e afrocentrados[3]. O estudo mostra que o rap é mais que entretenimento: trata-se de um manifesto político. A estética feroz e a linguagem direta coadunam a urgência das pautas que aborda, assim, o trabalho reafirma o rap como espaço de insurgência e construção da identidade negra.

Costa (2023) analisa o rap enquanto um instrumento de mudança social, enfatizando sua importância na construção da consciência crítica entre a juventude brasileira. O autor mostra que a música é um meio para expressar experiências periféricas e resistir à luta contra o racismo estrutural. A pesquisa assume que o rap pode contribuir para fortalecer a identidade negra e para a libertação social nos territórios periféricos. Costa ressalta que as letras fazem parte da narrativa de resistência e da denúncia, estabelecendo um diálogo entre cultura e a política. O trabalho também reconhece as funções educativas e emancipadoras do rap. Portanto, o autor reafirma a importância deste gênero musical na construção de uma sociedade mais justa e pluralista.

Santanna (2021) fala sobre a atuação de intérpretes negras na Música Popular Brasileira como vozes dissonantes, que em diversos momentos desafiam o silenciamento histórico imposto às mulheres negras. A autora observa como artistas como Sandra de Sá ressignificam o espaço musical, ao valorizar a ancestralidade e a resistência

[3] Abordagem teórica, política e epistemológica que coloca a experiência e a ancestralidade africana e afrodiaspórica no centro da interpretação do mundo, em oposição ao referencial eurocêntrico.

Versão Final Homologada
13/01/2026 18:15

afro-brasileira. O estudo finaliza afirmando que essas intérpretes constroem narrativas que desafiam o racismo e o sexismo, constituindo-se em referências, para a luta por representatividade. Santanna (2021) enfatiza que a presença dessas vozes se configura como um ato político e estético; a música, nesse contexto, é ferramenta de afirmação identitária e de resistência às opressões. Assim, o trabalho reconhece o potencial transformador das vozes negras femininas na Música Popular Brasileira (MPB).

A discussão entre as/os autoras/es, nas linhas acima, revela um panorama rico e multifacetado sobre a ação da Música Preta Brasileira na resistência e na influência, mobilizando diferentes gêneros e estéticas e considerando também o contexto social. Todos eles convergem em afirmar que a música negra no Brasil é maior do que expressão artística, mas também luta e afirmação identitária e transformação social.

Pereira (2024) e Santos (2022) ressaltam que a moda afro-brasileira e os espaços digitais como o perfil @africanizeoficial fazem parte da resistência musical, sendo capazes de articular visualidades negras que desafiam os padrões eurocentrados. Essa estética, muitas vezes visível em videoclipes e performances, conforme assinala Costa (2024), é fortemente ligada à ancestralidade e à espiritualidade negra no Brasil, conectando música, corpo e território.

Calixto (2024), Santanna (2021) e Santos (2024) demonstram que samba e MPB, através de intérpretes como Fundo de Quintal, Sandra de Sá e Dona Ivone Lara, representam espaços de resistência histórica. Esses gêneros foram constituídos a partir de vivências negras e ocupam o lugar da narrativa de enfrentamento ao racismo, à exclusão social e à invisibilização da cultura afro-brasileira.

Rap como denúncia e transformação. Cannavô *et al.* (2024) e Costa (2023) convergem ao analisar o rap como gênero que explicita as tensões sociais sentidas pela juventude negra. Djonga, por exemplo, é indicado como a voz insurgente que transforma dor em potência discursiva. O rap, segundo esses autores, é um canal de educação popular, crítica social e de mobilização política, reafirmando sua centralidade na resistência contemporânea.

As autoras trazem ainda para a discussão a dimensão intersecional da resistência, conforme indica Santanna (2021) e Costa (2024), ao trazer mulheres negras como os sujeitos principais em suas análises. As articulações performáticas rituais das ialodês e os vozes femininas da MPB indicam que a resistência negra é também de gênero, de espiritualidade e estética.

Versão Final Homologada
13/01/2026 18:15

Em síntese, as autoras demonstram que a Música Preta Brasileira é um campo de disputas simbólicas e políticas, no qual narrativas de pertencimento, de memória e de insurgência são construídas. Seja no samba, no rap, na moda ou nas redes sociais, a música negra continua a ser um dos mais efetivos vetores da resistência cultural no Brasil.

O estudo realizado por Carvalho e Sousa (2024) expõe como a intolerância religiosa incide diretamente sobre os terreiros e a vivência do afro-religioso. A música "Senhor Cidadão", de Tom Zé, pode ser vista como uma denúncia contra a imposição de normas sociais que marginalizam as práticas culturais e religiosas. Da mesma forma que os terreiros são alvo do preconceito, a canção denuncia também a figura de um "cidadão", um cidadão que é exigido a se adequar à conformidade, simbolizando o controle social ou a vigilância do Estado pelas tradições populares. A mesma comparação feita na música foca na luta do Candomblé, mostrando que também em ambas existem, na música e no afro-brasileiro, resistências sob as opressões. O discurso musical se torna, então, metáfora para a luta da liberdade de expressão cultural e religiosa. Tom Zé, assim, dialoga com os afro-religiosos, denunciando a exclusão e afirmando as identidades.

Montesano (2024) analisa as práticas de discriminação contra religiões afro-brasileiras, enfatizando como o preconceito pode estar presente em diferentes esferas sociais. A música "Senhor Cidadão" pode ser vista como uma crítica à autoridade que estabelece normas e silencia outras vozes, podendo ser relacionada com o Candomblé, que está sempre sob estigma social. Uma criação de Tom Zé, ao questionar o poder do "cidadão" revela a resistência ao poder de estruturas que criam fronteiras e como marginalizam. Uma comparação indica que a arte e a religião afro-brasileira têm experiências e barreiras comuns. Nesse aspecto, a canção se apresenta como uma ferramenta de denúncia e conscientização, se aproximando das lutas contra o preconceito religioso.

Siqueira (2009) analisa o multiculturalismo e as religiões afro-brasileiras, tomando como exemplo o Candomblé em sua resistência cultural. A canção "Senhor Cidadão" dialoga com essa visão, ao responder à imposição dos valores dominantes e valores sobre os populares. A resistência do Candomblé, como tradição ancestral, também reafirma a sua identidade contra tentativas de apagamento cultural. Por meio da canção, Tom Zé expõe a tensão entre autoridade e liberdade, semelhante à vivida pelas religiões afro-brasileiras. A comparação associa a música e o Candomblé a espaços de construção de identidade cultural. Ambos resistem ao preconceito e à homogeneização, reafirmando a diversidade como um valor central.

Versão Final Homologada
13/01/2026 18:15

Souza (2020) afirma que a educação e o conhecimento são caminhos para superar o preconceito religioso. A música "Senhor Cidadão" pode ser entendida como um convite à reflexão crítica sobre as imposições sociais e culturais. Assim como a educação promove a valorização das tradições afro-brasileiras, a obra de Tom Zé questiona a autoridade que busca silenciar as práticas discordantes. O diálogo com o Candomblé revela que a música e a religião precisam de reconhecimento e respeito. A superação do preconceito passa pela compreensão da riqueza cultural encontrada dentro das tradições. Neste sentido, a canção se torna um recurso pedagógico e cultural para a promoção da consciência social.

Carvalho e Sousa (2024) destacam os efeitos da intolerância religiosa sobre uma vivência dos afro-religiosos, evidenciando o preconceito nos terreiros e uma limitação da liberdade de culto. Esse olhar encontra em Montesano (2024), que amplia a análise ao mostrar que práticas discriminatórias estruturais são situações de discriminação para com religiões de tradição africana no Brasil. Ambos concordam ao afirmar que a marginalização é, em grande medida, não apenas o processo individual, mas institucional, evidenciando-se nas políticas públicas e na sociedade. A música "Senhor Cidadão" de Tom Zé, ao denunciar a imposição da lógica social, pode ser lida como uma alegoria da exclusão e reforço à crítica aqui realizada pelos dois autores no sentido de que como tradições populares e religiosas buscam silenciar-se. Vejo o chamado “cidadão de bem” como uma construção perigosa, que serve para legitimar violências e desigualdades em nome da moral e da ordem. Quando alguém se coloca nesse lugar, sente-se autorizado a importar suas próprias ideias e leis, como se tivesse um mandato para punir quem considera “divergente”, muitas vezes passando por cima da justiça formal. Na prática, isso recai quase sempre sobre uma classe subalterna, majoritariamente negra, tratada como suspeitas de existência, como se seus corpos estivessem naturalmente ligados ao crime e à desordem. Percebo que, por trás desse discurso de “bem”, se esconde um projeto de sociedade em que alguns se reservam o direito de vigiar, julgar e corrigir com a violência, enquanto outros só aparecem como alvo de controle, humilhação ou eliminação. Defendo que o reconhecimento da diversidade é o caminho para a superação do preconceito. Neste ponto, há uma tensão produtiva: a denúncia da intolerância de um lado, e a valorização da pluralidade do outro, como resposta. E a canção de Tom Zé se insere neste debate, ao problematizar a autoridade do “cidadão” que impõe a homogeneização, reforçando a necessidade de afirmação das diferenças.

Versão Final Homologada
13/01/2026 18:15

Souza (2020) complementa a discussão, apontando a educação e o conhecimento como meios de superação do preconceito religioso. Sua abordagem dialoga com a de Siqueira (2009), pois ambos defendem estratégias de valorização cultural e pedagógica, como resistência à intolerância. Por fim, Souza enfatiza o papel da formação crítica, e Siqueira, o reconhecimento multicultural. A canção " Senhor Cidadão " é entendida neste sentido, como recurso pedagógico, pois provoca uma reflexão sobre as imposições sociais e culturais, aproximando-se da proposta de Souza de utilizar o conhecimento como instrumento de transformação. Segundo Tom Zé, a figura do “cidadão” é atravessada por medo, amargura e violência, o que evidencia a transferência entre cidadania formal e experiência concreta na sociedade brasileira (ZÉ, 1972).

Em síntese, os quatro autores chegam a uma conclusão: a denúncia do preconceito contra as tradições afros e a busca de alternativas de resistência. Carvalho e Sousa (2024) e Montesano (2024) refletem os efeitos da intolerância; Siqueira (2009) sugere o multiculturalismo como alternativa e Souza (2020) considera a educação como uma possibilidade de salvar-se. A obra de Tom Zé atua criticando o “Senhor Cidadão”, articulando esses aspectos, constituindo-se como manifestações artísticas de denúncia da exclusão, de valorização da diversidade e de promoção da reflexão crítica.

Versão Final Homologada
13/01/2026 18:15

3. CAPÍTULO 2 – POLÍTICAS PÚBLICAS E TERREIROS DE CANDOMBLÉ COMO ESPAÇOS DE ACOLHIMENTO E PROTEÇÃO SOCIAL: RESULTADOS DA BUSCA POR AUTORAS E AUTORES NEGROS/AS SOBRE A TEMÁTICA DO ACOLHIMENTO E DA PROTEÇÃO SOCIAL NO CANDOMBLÉ

Neste capítulo, destaca-se que Acolhimento e proteção social são valores centrais tanto na Política Nacional de Assistência Social, que orientam a garantia de acolhida, apoio e fortalecimento de vínculos como princípios da proteção social básica e especial, quanto nos terreiros de Candomblé, compreendidos em pesquisas recentes como espaços de pertença, cuidado comunitário e política de resistência para a população negra. Ao abordar esses dois campos, evidencia-se que os terreiros operam, há séculos, como territórios de acolhimento ancestral e de organização coletiva frente ao racismo estrutural, oferecendo práticas concretas de apoio material, emocional e simbólico que dialogam diretamente com os objetivos das políticas públicas de assistência social.

O acolhimento nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e no Candomblé compartilham o propósito de oferecer suporte a pessoas em vulnerabilidade, mas suas abordagens são distintas. Nos CRAS, o atendimento segue diretrizes da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), garantindo escuta qualificada, identificação das demandas e encaminhamento para benefícios e serviços da rede socioassistencial. O acompanhamento contínuo ocorre por meio da Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e registros no Prontuário do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), assegurando monitoramento e fortalecimento dos vínculos familiares (Ferreira *et al.*, 2018).

Já no Candomblé, o acolhimento se dá em uma perspectiva comunitária e espiritual. Os terreiros funcionam como espaços de pertencimento, onde o cuidado é baseado na ancestralidade, na oralidade e nos laços de axé. Além de apoio emocional e material, promovem rituais que fortalecem a identidade e a resistência coletiva. Diferente da assistência estatal, esse acolhimento se estrutura na reciprocidade e na vivência do sagrado (Duarte Junior, 2024).

Embora distintos, ambos cumprem um papel essencial na proteção social, sendo o CRAS um dispositivo institucional e o Candomblé uma forma de aquilombamento contemporâneo. Dessa forma, os terreiros de Candomblé seguem o legado dos quilombos, sendo locais de resistência e (re)existência social. Eles mostram que, mesmo em um sistema racista e excludente, a coletividade e a ancestralidade são forças poderosas para a construção de um futuro mais justo e digno para a população negra (Ferreira *et al.*, 2018).

Versão Final Homologada
13/01/2026 18:15

Dessa forma, ao compreender os terreiros de Candomblé como espaços de acolhimento ancestral e resistência, torna-se evidente a importância das manifestações culturais e espirituais na construção de identidades e pertencimentos. O aquilombamento, enquanto prática histórica de organização e proteção coletiva, se manifesta nesses espaços, onde as experiências da escrevivência e da Amefricanidade reforçam a centralidade da memória, da oralidade e do compartilhamento de saberes na luta contra a marginalização social (Duarte Junior, 2024).

Neste sentido, pensando como estes valores de acolhimento e proteção social se entrecruzam no Candomblé e nas Políticas Públicas, como já mencionado na introdução deste trabalho de conclusão de curso, uma questão norteadora se apresentou: quais são as contribuições de autoras/es negras/os na construção da Política Pública ao pesquisarem e publicarem pesquisas com especificidades da vivência do povo negro no Brasil.

Ao realizar a busca na ferramenta de pesquisa google com a pergunta: “Me aponte referências de autores pertencentes às religiões de matriz africana que escreveram sobre proteção social, ancestralidade, acolhimento e o Candomblé”, priorizando produções de diferentes períodos e regiões, bem como aquelas que valorizam as vozes dos povos de terreiro, foram encontrados 59 produções acadêmicas e, para melhor compreensão da/o leitor, foram classificados em temáticas para a sua apresentação e exposição.

Assim, este capítulo foi subdividido em 4 itens dispostos na sequência.

3.1 AS CONTRIBUIÇÕES EM DISSERTAÇÕES E TESES PARA A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Vargas *et al.* (2021) analisam o bem-estar na Comunidade de Terreiro do Ilê de Oxalá, a partir dos Indicadores de bem-estar para Povos Tradicionais (IBPT). Os autores argumentam que o bem-estar, nesse contexto, não pode ser captado por indicadores convencionais, pois abriga dimensão espiritual, cultural e territorial. Sua pesquisa traz que o terreiro é visto como um espaço que promove pertencimento e guarda, onde a qualidade de vida se refere à ancestralidade e à coletividade. O estudo aponta, ainda, a importância da autonomia dos povos tradicionais para decidir os próprios critérios de bem-estar.

Mandarino e Gomberg (2009) refletem sobre as dimensões sociais e terapêuticas dos terreiros de Candomblé, enfatizando que esses lugares extrapolam a

Versão Final Homologada
13/01/2026 18:15

religiosidade. Os autores demonstram que os terreiros atuam como redes de solidariedade, cidadania e cuidado, principalmente em situações de vulnerabilidade social. A investigação revela que os saberes ancestrais e os rituais religiosos colaboram em momentos de saúde mental e emocional para os adeptos. Para Mandarino e Gomberg os terreiros devem ser reconhecidos como agentes legitimados de cuidado e inclusão social, sendo este reconhecimento fundamental para a construção de políticas públicas mais atentas às realidades afro-brasileiras.

Cunha, Rossato e Scorsolini-Comin (2021), por sua vez, discutem as tensões entre religião, religiosidade, espiritualidade e ancestralidade no campo da saúde. Os autores concluem que os terreiros fornecem uma assistência mais ampliada de cuidado que contradiz os modelos biomédicos. O estudo verifica que a espiritualidade afro-brasileira gera pertencimento, escuta e acolhimento e é central para o bem-estar dos praticantes. Os autores também alertam para riscos em relação à invisibilização destes saberes na ressocialização nos serviços de saúde e, por fim, preconizam a integração entre saberes tradicionais e práticas institucionais como uma das alternativas para uma saúde mais equitativa.

A pesquisa de Santana (2022) evidencia que os terreiros, enquanto espaços de resistência e saberes ancestrais, promovem sua saúde através de práticas que ligam espiritualidade, acolhimento e cuidado coletivo. Para a autora, o lugar terreiro vai além do físico, no qual se trata de um território simbólico de cura e de reconstrução identitária, pois, ao reconhecer as epistemologias de terreiro, rompe-se com os paradigmas biomédicos e se legitima o saber afro-brasileiro. Assim, o terreiro aparece como um espaço terapêutico e político, reafirmando a centralidade da cultura no cuidado à saúde sendo preciso que as políticas públicas considerem tais saberes como fundamentais. A saúde, por aqui, é vivida como expressão de pertencimento e de ancestralidade.

Correia e Marques (2023) analisam o funcionamento dos terreiros de Candomblé como territórios de saúde mental, especialmente frente às violências estruturais que alcançam a população negra. Segundo os autores, os enredos e figurações presentes nos rituais e cosmologia afro-brasileira oferecem suporte emocional e espiritual. O terreiro é compreendido como espaço de reconstituição subjetiva, onde o cuidado é coletivo e simbólico. A saúde mental, neste discurso, é indissociável da estrutura da cultura e da espiritualidade.

Santos (2021) sugere o cuidado em saúde mental no caminho decolonial, considerando o protagonismo das lideranças femininas de terreiro no acolhimento das

Versão Final Homologada
13/01/2026 18:15

mulheres negras, vítimas de violência. A autora revela que, durante a pandemia, os terreiros têm sido espaços de insurgência e cura, articulando saberes ancestrais às práticas terapêuticas. O valor do fazer terapêutico feminino é central na reconstrução da dignidade e da saúde dessas mulheres. O estudo aponta que a espiritualidade afro-brasileira é uma ferramenta de lidar com as violências de gênero e raciais. Santos advoga que políticas públicas devem integrar essas práticas. O cuidado, aqui, é resistência e reexistência.

Silva et al. (2023), ao relatarem a experiência de produção do documentário ÈPA BÀBÁ: um grito LGBT, evidenciam de que forma arte e comunicação podem dar visibilidade às vivências LGBT+ nos terreiros de Candomblé. Nesse sentido, o documentário mostra que esses espaços religiosos, não apenas acolhem, como também celebram a diversidade, tornando-se referência de inclusão. A narrativa audiovisual reforça a importância do registro e da disseminação daquelas práticas que rompem com o preconceito e a exclusão. Dessa forma, o candomblé surge como território de resistência, onde se entrelaçam espiritualidade e luta por reconhecimento social. A obra contribui para ampliar o debate acerca de religiosidade e diversidade sexual, aproximando academia, arte e militância, e, assim, o documentário torna-se instrumento de valorização das identidades LGBTQIAP+ na esfera religiosa.

Na pesquisa de Silva (2021), são examinadas as estratégias político-identitárias da juventude negra LGBTQIAP+, tendo o movimento Batekoo como referência. O autor mostra que os terreiros de candomblé funcionam como locus celebrativo das diversidades, para afiançar a construção das identidades coletivas. Essa juventude percebe na religião afro-brasileira, além de acolhimento, a inspiração para práticas de resistência ao racismo e à LGBTfobia. O candomblé, portanto, é lido como o lugar do empoderamento, aquele que legitima a diversidade de corpos e afetos por intermédio da ancestralidade. A investigação revela que o viver da religiosidade se articula às lutas sociais, ampliando o alcance da luta trans identificatória. Os terreiros se tornaram, assim, os locus de politização e de cultura de afirmação do ser da juventude negra LGBTQIAP+[4].

A obra de Lima e Bomfim (2021), destaca que, no âmbito dos estudos de gênero e sexualidade na contemporaneidade, deve-se considerar os espaços religiosos

[4] LGBTQIAP+ é uma sigla que abrange identidades e orientações sexuais e de gênero diversas, representando **L**ésbicas, **G**ays, **B**issexuais, **T**ransexuais/Transgêneros/Travestis, **Q**ueer/Questionando, **I**ntersexo, **A**sexual, **P**ansexual e o + para outras identidades não-binárias e além. Essa denominação evoluiu desde os anos 1970 para incluir grupos marginalizados pela heteronormatividade, promovendo inclusão e visibilidade em contextos sociais e ativistas. Variações na sigla existem devido a debates sobre sobreposições, como entre bissexualidade e pansexualidade, mas o objetivo é representar a amplitude da diversidade.

Versão Final Homologada
13/01/2026 18:15

como locais de resistência e acolhimento, já que os terreiros de candomblé surgem como lugares que quebram a lógica excludente de outros espaços religiosos, uma vez que valorizam essa pluralidade de corpos e identidades. Essa concepção dialoga diretamente com o relato de Silva et al. (2023) por meio do documentário ÈPA BÀBÁ: um grito LGBT, evidenciando como a arte e a comunicação são capazes de visibilizar essas práticas inclusivas, convertendo o acolhimento em narrativa pública e política. Assim, Lima e Bomfim (2021) oferecem uma análise teórica, traduzida por Silva et al. (2023) em linguagem audiovisual - ampliando, portanto, essa discussão da academia para além da academia.

A tese de Silva (2021), por sua vez, acrescenta o componente político no debate, ao mostrar como a juventude negra LGBTQIAP+ articula estratégias de resistência e estratégias identitárias em espaços como os terreiros. Ao contrário dos outros autores, que se ocupam em articular a análise cultural e da representação artística, Silva (2021) aponta para o protagonismo da juventude e para a sua capacidade de tornar o acolhimento religioso em prática política. Isso estabelece um diálogo com Lima e Bomfim (2021), ao assegurar que o candomblé não somente acolhe, mas também legitima identidades dissidentes, e aproxima-se de Silva et al. (2023) ao mostrar que a visibilidade é essencial para a constituição desse espaço de resistência. Logo, os três trabalhos convergem em reconhecer o candomblé como território de inclusão, mas cada autor ilumina aspectos diferentes: teoria, arte e política.

Rocha, Severo e Félix-Silva (2023) apontam que as religiões afro-brasileiras instigam cuidado em saúde a partir de práticas que vão além do físico, sendo corpo, mente e espiritualidade integradas nesses espaços. Os autores argumentam que os rituais, os mitos e os laços comunitários encontrados nos terreiros oferecem suporte emocional e físico. Estes elementos traduzem saúde para os autores como, equilíbrio levando em conta as dimensões materiais e simbólicas. O estudo reforça que o reconhecimento institucional desses saberes é essencial para promover a equidade em saúde. Os autores sugerem que o Sistema Único de Saúde (SUS) deva dialogar com estas práticas. O terreiro, portanto, torna-se espaço de cura e reconstituição subjetiva.

A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) estabelece a relevância do diálogo entre o Sistema Único de Saúde (SUS) e as práticas tradicionais das religiões de matriz africana, privilegiando o diálogo com os terreiros de Candomblé. Para José Marmo Silva (2022), os terreiros têm importância fundamental na promoção do cuidado integral, articulando corpo, mente e espiritualidade, mecanismo que interpõe desafios ao modelo biomédico e hegemônico do SUS. O autor assinala que a

Versão Final Homologada
13/01/2026 18:15

inclusão de saberes ancestrais das práticas de saúde e autocuidado pode contribuir para uma saúde mais equitativa e inclusiva. Silva (2022) ainda afirma que o reconhecimento institucional dessas práticas é necessário para o alcance de equidade em saúde e para combater o racismo estrutural. Portanto, o autor reforça que o SUS deve dialogar e incorporar as práticas dos terreiros na PNSIPN, buscando por meio disso a promoção de políticas públicas mais justas e respeitosas à diversidade da cultura brasileira (SILVA, 2022).

Soares *et al.* (2021) analisam os itinerários terapêuticos que envolvem práticas religiosas tais como Candomblé, Umbanda e uso de ebós, demonstrando que esses caminhos são utilizados por pessoas em sofrimento físico e emocional. Os autores observam que as práticas religiosas oferecem acolhimento, escuta e rituais de cura que vão além da propriedade do modelo biomédico. A busca pela cura do corpo e da alma é mediada por saberes ancestrais e pela fé. Os estudos dizem que tais itinerários são legítimos e devem ser reconhecidos pelas políticas de saúde. A espiritualidade é, portanto, parte constitutiva do cuidado. Os terreiros são, assim, espaços de saúde integral.

Gaia (2021) investiga as experiências de mulheres transexuais no Candomblé Ketu em Ribeirão Preto, acentuando os terreiros como lugares de afirmação identitária e de cuidado em saúde mental. A pesquisa aponta que nos rituais e na cosmologia afro-brasileira essas mulheres encontram acolhimento e reconstrução própria. O terreiro é considerado como um espaço de pertencimento e de combate à transfobia. Gaia sugere a inclusão da interseccionalidade entre gênero, raça e espiritualidade nas políticas públicas. A saúde mental, nessa perspectiva, é vivenciada como uma possibilidade de liberdade e ancestralidade. Assim, o Candomblé tem um caráter de cura e resistência.

Silva (2022) analisa os desafios da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, ressaltando a relevância das religiões de matriz africana na promoção do bem-estar do físico e do mental. Para o autor, os terreiros possibilitam a prestação de práticas, cuja base são a espiritualidade, acolhimentos e saberes ancestrais, que estabelecem a saúde como vivência do equilíbrio do corpo, da mente e do povo. Silva propõe que o Estado reconheça e aproveite tais saberes invocando-os nas políticas públicas. O estudo demonstra que o racismo institucional exerce papel como um impedimento à realização da saúde integral. Por essa razão, o terreiro é o lugar de cuidado, resistência e produção de vida.

Os autores discutem de maneira convergente a função dos terreiros de Candomblé como espaços acolhedores e de saúde, principalmente para as populações

Versão Final Homologada
13/01/2026 18:15

marginalizadas e negras. Segundo Santana (2022) e Santos (2021), o terreiro é um território simbólico e terapêutico, onde as sabedorias ancestrais e lideranças femininas geram práticas de cuidado integral, principalmente em situações de violência e da pandemia. Correia e Marques (2023) mostram, pela ênfase nos enredos do Candomblé, que esses são suporte à saúde mental, no sentido de que os rituais e a cosmologia afro-brasileira oferecem reconstrução subjetiva e resistência.

Rocha, Severo e Félix-Silva (2023), assim como Soares *et al.* (2021) abordam os terreiros como espaços de cura, integrando corpo, mente e espiritualidade e, assim, legitimam itinerários terapêuticos que questionam o modelo biomédico. Gaia (2021) acrescenta a dimensão da identidade de gênero, mostrando que mulheres transexuais encontram acolhimento e afirmação nos terreiros, o que evidencia o caráter inclusivo e transformador desses espaços. Por fim, Silva (2022) declara sobre os desafios das políticas públicas em reconhecer esses saberes, defendendo a incorporação dos terreiros como legítimos agentes de cuidado em saúde integral para a população negra.

Neste caso, os autores edificam uma narrativa que coloca os terreiros de Candomblé enquanto espaços de resistência, cura e acolhimento, onde espiritualidade, cultura e cuidado se interconectam. Estes lugares não apenas confrontam o racismo religioso e institucional, mas também doam alternativas terapêuticas que valorizam a ancestralidade e a coletividade. Nesse âmbito, a saúde é vivida como expressão de pertencimento, dignidade e reexistência.

Estudo de Aristides (2012) mostra como os terreiros de candomblé de Londrina- PR são espaços próprios de acolhimento para a população negra em sofrimento psicossocial. A autora evidencia que os ritos religiosos, além da sua dimensão espiritual, são as práticas de cuidado coletivo e de residência da identidade. O acolhimento acontece por meio da escuta, da integração comunitária e da valorização das raízes culturais afro-brasileiras. Desse modo, o candomblé atua como suporte social e emocional, conferindo pertencimento e dignidade assim o acolhimento religioso é caracterizado como prática terapêutica e cultural.

Bueno e Santana (2009) discutem a comensalidade nos terreiros de candomblé, enfatizando que o ato de compartilhar os alimentos adquire caráter ritual e simbólico. A refeição comum não diz respeito somente ao aspecto nutricional, mas à hospitalidade, à integração e ao acolhimento daqueles que ali participam. Os autores enfatizam que comer juntos solidifica a identidade das comunidades, reitera a religiosa, a comensalidade é entendida como extensão dos ritos, uma vez que o alimento é consagrado

Versão Final Homologada
13/01/2026 18:15

e repartido em respeito às divindades e aos membros da comunidade. Esse gesto de hospitalidade reitera a solidariedade e a reciprocidade entre os fiéis, assim, o terreiro se constitui como espaço de convivência e acolhimento espiritual e social.

Oliveira (2025) reflete sobre a noção de hospitalidade nos terreiros de candomblé da região metropolitana de Natal/RN, ressaltando práticas como receber, alimentar, hospedar, entreter etc. A autora argumenta que essas práticas não são apenas sociais, mas têm também um caráter ritualístico e religioso, dado que o alojamento é expresso nas relações entre os visitantes e os iniciados tratados, reforçando os valores de respeito e solidariedade. A hospitalidade é considerada uma parte dos ritos propriamente ditos, pois expressa a relação entre os humanos e os serviços.

A análise de Aristides (2012) discute o candomblé como um espaço de acolhimento psicossocial, oferecido especialmente para a população negra em sofrimento. Sua análise privilegia o terreiro como espaço de resistência e residência identitária, em que os ritos religiosos configuram uma aplicação de práticas terapêuticas e comunitárias. Este mesmo argumento dialoga com o de Bueno e Santana (2009), os quais tratam o ritual de comensalidade como uma prática de hospitalidade e integração. Enquanto Aristides privilegia o acolhimento emocional e social, Bueno e Santana ampliam a discussão para o compartilhamento dos alimentos, que reestruturam o trabalho e traduzem a solidariedade. Ambos se entrecruzaram ao considerar o terreiro como um espaço de acolhimento coletivo, embora abordando diferentes aspectos do acolhimento.

Por sua vez, Oliveira (2025) acrescenta à discussão a noção de hospitalidade ritual, passando em revista práticas como receber, alimentar, hospedar e entreter, enriquecendo assim, a ideia de acolhimento para além do psicossocial e da comensalidade e abertura para o símbolo e o religioso da hospitalidade. Dessa forma, Oliveira complementa Aristides ao trazer à cena que o acolhimento é mais que o apoio emocional, é também ação o de hospitalidade da mesma forma, seu olhar também é um diálogo com Bueno e Santana por considerar o alimento como parte essencial do rito, mas expande para outras formas de receber e cuidar. Com isso, existe uma proximidade entre os três trabalhos no que se refere a destacar o terreiro como espaço de acolhimento, porém cada um se propõe a destacar as suas dimensões específicas.

Resumindo, Aristides (2012), Bueno e Santana (2009) e Oliveira (2025) modelam uma perspectiva integrada dos ritos do candomblé como práticas de acolhimento. Aristides enfatiza o suporte psicossocial e identitário, Bueno e Santana, por sua vez, estabelecem a comensalidade como gesto de hospitalidade, e Oliveira avança para a

Versão Final Homologada
13/01/2026 18:15

hospitalidade ritual nas suas múltiplas expressões. O confronto entre os autores indica que o Acolhimento no candomblé é por demais múltiplo, contemplando as dimensões emocionais, sociais, simbólicas e práticas. A complementaridade desta é a tese de que a discussão indica que o terreiro não é somente o espaço religioso, mas também o lugar de resistência cultural, convivência comunitária e hospitalidade ritual, afirmando sob quaisquer circunstâncias sua relevância social e espiritual.

A tese de Macedo (2025) indica como os terreiros de Candomblé funcionam como espaços de acolhimento assistencial, particularmente no enfrentamento ao racismo religioso. Sua pesquisa mostra que o cuidado coletivo e o cuidado espiritual nos terreiros estão ligados à saúde pública e formam redes de apoio vitais para as comunidades tradicionais. Deste modo, a contribuição é significativa para o Serviço Social ao ratificar os terreiros como agentes de proteção social. Ao reconhecer o acolhimento como prática cultural, políticas mais inclusivas podem ser construídas. Assim, o exercício profissional se reafirma ao dialogar com os saberes ancestrais e as práticas institucionais.

A dissertação de Santos (2021) reforça as redes de afeto e de cuidado nas práticas dos Candomblés de Maceió, Alagoas. Ela mostra que os terreiros são constitutivos de espacialidades de acolhimento assistencial em um contexto de vulnerabilidade, oferecendo o suporte emocional e comunitário. Esta perspectiva expande a compreensão de solidariedade e cuidado coletivo fundamentais para o Serviço Público. A pesquisa serve de apoio a políticas que reconheçam os terreiros como parceiros estratégicos em proteção social. O acolhimento assistencial, nesse sentido, aparece como prática de resistência e afastamento. Portanto, o exercício profissional é enriquecido de práticas que dialogam com a realidade cultural das comunidades.

A contribuição de Caputo (2005), ao tratar das "Crianças de Axé", revela o quanto os terreiros dão assistência à infância e acolhimento. Sua tese revela que os terreiros servem como espaços de socialização e educação e, muitas vezes, no lugar da escola formal. Para o Serviço Social, essa pesquisa mostra que são necessárias políticas públicas que respeitem práticas culturais e religiosas no atendimento à infância. O acolhimento nos terreiros também assegura proteção e pertencimento a crianças, fortalecendo vínculos. Dessa forma, as políticas educacionais e sociais podem ser organizadas de forma a incluir essas práticas. Isso orienta o exercício profissional de uma perspectiva mais sensível e contextualizada.

O trabalho de Gomberg (2008) aborda a relação do pesquisador com a religião e as complexidades éticas e metodológicas da pesquisa sobre o Candomblé.

Versão Final Homologada
13/01/2026 18:15

Mesmo que seu foco esteja na pesquisa de campo, Gomberg mostra que o acolhimento assistencial nos terreiros pode ser relacionado às práticas terapêuticas comunitárias. O que estamos chamando de reflexão sobre políticas públicas nos ensina que é necessário respeitar religiosidades e práticas culturais para garantir êxitos nas intervenções sociais. No que se refere ao Serviço Social, a pesquisa mostra que a ética profissional no acolhimento a comunidades tradicionais em sua diversidade também é uma maneira de se construir política pública democraticamente. O exercício profissional deve ser fundamentado em práticas que reconhecem a pluralidade cultural e religiosa, conforme o princípio VIII do Código de Ética de Assistentes Sociais.

Finalmente, a dissertação de Santos (2010), sob orientação de Frederico da Silva Pereira, discute a dimensão terapêutica do Candomblé como um acolhimento assistencial, e a sua pesquisa inicia uma discussão sobre como algumas práticas religiosas funcionam como processos humanos de cuidado e de saúde mental no sentido de comunidade e de conforto emocional. Para o Serviço Social, isso serve de base a uma construção de políticas públicas que reconheçam o papel das práticas religiosas como promotoras de saúde/saúde mental.

O acolhimento assistencial nos terreiros também amplia a compreensão do que seja cuidado integral. O cuidado integral nos terreiros é uma forma de cuidar que, partindo da cosmologia de matriz africana, articula inseparavelmente corpo, mente, espírito, vínculos comunitários e condições concretas de vida, realizando acolhimento e aconselhamento em situações de sofrimento, racismo, doença ou conflito, por meio de rituais (ebós, banhos, rezas, uso de folhas e oferendas), da partilha de alimentos, da escuta atenta, da proteção simbólica e material e da construção de pertencimento para especificamente marginalizados, de modo que o terreiro se torna, ao mesmo tempo, casa de axé, família ampliada, espaço terapêutico e território político de produção de saúde, resistência e dignidade. E isso ainda enriquece o exercício profissional numa perspectiva mais abrangente do acolhimento, ao favorecer a melhora das políticas públicas que dialogam com saberes comunitários e saberes espirituais.

3.2 RESISTÊNCIA POLÍTICA E DIREITOS CULTURAIS

Gomes (2020) analisa a atuação dos CRAS em articulação com os terreiros, destacando que esses espaços operam como lugares de pertencimento, acolhimento e resistência política. A autora infere que os terreiros prestam apoio emocional,

Versão Final Homologada
13/01/2026 18:15

espiritual e social às populações marginalizadas, agindo como agentes psicopolíticos. A autora defende que as políticas públicas devem considerar os saberes ancestrais e a potência dos terreiros como espaços de cuidado e cidadania, o estudo sugere uma reconfiguração das práticas institucionais, considerando a escuta e o protagonismo dos povos de terreiro.

Miranda (2021) denuncia os avanços das políticas “cristofascistas” [5] e o racismo religioso institucionalizado, destacando a mobilização dos terreiros como forma de enfrentamento. A autora conclui que os terreiros têm se articulado politicamente para garantir direitos, combater a intolerância religiosa, e afirmar a sua identidade cultural, ela propõe o conceito de "política dos terreiros", como uma prática de resistência que se realiza tanto nos rituais, como no espaço público. O estudo reforça a importância da atuação coletiva dos povos de terreiro na construção de uma sociedade mais plural e democrática.

Silva e Pereira (2019) abordam os impactos das políticas públicas nas relações sociais dos povos de terreiro, apontando avanços e limites. As autoras apontam que, apesar do reconhecimento formal dos direitos destes grupos, continuam a existir práticas de discriminação e obstáculos institucionais. Afirmam ainda que os terreiros são espaços de resistência e de reconstrução da identidade, onde se fortalecem os laços comunitários e articulações de enfrentamento ao racismo. O estudo sugere ampliar o diálogo entre Estado e comunidades tradicionais, visando à concretude dos direitos culturais e religiosos.

Santos (2025), por sua vez, sugere uma gestão social de modo que, nos projetos das políticas públicas, se incluam os saberes ancestrais dos terreiros. O autor conclui que os terreiros têm uma lógica própria de organização, voltada para a coletividade, para a ancestralidade e para a espiritualidade, que pode enriquecer a gestão pública. Ele defende que a participação dos povos de terreiro nos processos decisórios é algo imprescindível para a constituição de políticas mais justas e efetivas. O estudo aponta para a necessidade de reconhecimento dos terreiros institucionalmente como agentes sociais autênticos. importância da atuação coletiva dos povos de terreiro na construção de uma sociedade mais plural e democrática.

Noguera *et al.* (2023) organizam um dossiê sobre racismo religioso, cuidado e educação, ressaltando a atuação dos terreiros como espaços de resistência e de

[5] O termo “cristofascista” é utilizado por teólogos e cientistas sociais para descrever a articulação entre fundamentalismo cristão e projetos políticos autoritários, em que símbolos e discursos religiosos são mobilizados para legitimar práticas de ódio, violação de direitos e supressão da pluralidade religiosa e democrática.

Versão Final Homologada
13/01/2026 18:15

produção de saberes. Os autores concluem que a luta contra o racismo religioso requer ações intersetoriais que impliquem a educação, saúde, cultura e assistência, além de defender que os terreiros sejam reconhecidos como territórios de cuidado e de cidadania, nos quais se instalam práticas emancipadoras e antirracistas. O dossiê sugere políticas públicas que valorizem os saberes tradicionais e promovam a equidade racial e religiosa.

A pesquisa de Oliveira (2025) revela com profundidade que desafios e que possibilidades seriam encontrados na articulação entre os Terreiros de Candomblé e a Atenção Primária à Saúde (APS) na produção do cuidado. O estudo revela que os terreiros são espaços dotados de saberes tradicionais e de práticas integrativas que articulam corpo e espírito, mas a sua relação com o sistema oficial de saúde apresenta-se marcada pela exclusão, preconceito e barreiras estruturais.

Este trabalho sugere um exercício crítico sobre o modelo que está posto enquanto modelo de atenção à saúde e indicaria caminhos para a construção de uma proposta de abordagem mais intercultural, antirracista e inclusiva no SUS. Ao reconhecer os saberes dos terreiros como válidos e complementares se abre espaço para práticas de cuidado que respeitem a diversidade cultural e a diversidade da espiritualidade da população brasileira (Oliveira, 2025).

3.3 - EDUCAÇÃO, INFÂNCIA E TRANSMISSÃO DE SABERES

Caputo (2012) investiga de que modo a escola se atrela às crianças de candomblé, revelando as práticas de exclusão e preconceito. A autora conclui que existe uma negação da identidade religiosa afro-brasileira no espaço escolar, gerando um sofrimento e um silenciamento. Ela sugere que a escola reconheça os saberes dos terreiros como legítimos e que valorize a diversidade religiosa. Caputo propõe uma educação plural e antirracista, que respeite a vivência das crianças de religiões afro-brasileiras e seu estudo é uma provocação à transformação das práticas pedagógicas e curriculares.

Souza (2021) propõe o jogo de tabuleiro "Missão Sankofa" como recurso pedagógico para desconstruir o racismo religioso em aula de História. Em sua dissertação, ele conclui que o jogo propicia o reconhecimento da ancestralidade africana e o diálogo entre os saberes escolares e os saberes tradicionais. A proposta valoriza os terreiros como espaços educativos onde valores, histórias e histórias de resistências são passados. Souza afirma que o ensino de História deve incluir as contribuições dos povos de terreiro,

Versão Final Homologada
13/01/2026 18:15

rompendo assim com narrativas eurocêntricas[6]. O jogo Sankofa[7] é apresentado como prática lúdica e crítica.

Sant'Anna e Silva (2020) discutem a importância do reconhecimento da diferença religiosa na estratégia de combate ao racismo religioso. Os autores concluem que o respeito à diversidade religiosa deve ser promovido desde a infância, especialmente na escola. Eles defendem a ideia de que os terreiros são lugares de formação ética e cultural, responsáveis pela construção de identidades positivas. O estudo propõe políticas educacionais que incluam saberes afro-brasileiros e promovam o diálogo inter-religioso. A valorização da diferença é apresentada como caminho para a equidade.

Moraes (2021) descreve a ancestralidade quilombola e os movimentos Sankofa no espaço dos Povos do Aproaga, na Amazônia paraense. De acordo com o autor, os conhecimentos que circulam nos terreiros e nas comunidades quilombolas são condições de possibilidade para a educação territorial e cultural. Pereira propõe uma arqueologia da memória, que possa dar valor aos saberes de tradição como formas de resistência e afirmação identitária. O autor acentua que os terreiros são espaços de ensinar, de onde se preserva histórias, práticas e cosmologias. Moraes defende uma educação que converse com os territórios e com os saberes dos povos tradicionais.

3.4 TERRITÓRIOS, PROTEÇÃO SOCIAL E REPRESENTAÇÕES

Pereira *et al.* (2022) estudam os terreiros da Tapera como territórios sagrados invisibilizados, no entanto essenciais para a resistência e proteção social. Os autores concluem que esses locais são marcados por práticas de cuidar, solidariedade e ancestralidade, funcionando como refúgios frente à violência urbana e a violência institucional. A pesquisa revela que os terreiros constituem redes comunitárias que oferecem proteção espiritual e material. Pereira *et al.* propõem o reconhecimento dos terreiros como territórios legítimos de cidadania e de cuidado, sugerindo que estes espaços

[6] Narrativas eurocêntricas são formas de contar a história e interpretar o mundo que coloca a Europa e suas experiências como centro e medida de todas as coisas, tratando seus valores, saberes e trajetórias como universais e superiores às demais culturas. Em geral, esse tipo de narrativa invisibiliza, inferioriza ou simplifica as contribuições dos povos africanos, indígenas e de outras regiões do mundo, reforçando posições coloniais de poder, conhecimento e humanidade.

[7] Missão Sankofa é um jogo de tabuleiro criado como recurso pedagógico para trabalhar história e relações étnico-raciais, abordando a perseguição aos candomblés e contribuindo para a desconstrução do racismo religioso no ensino de história, inspirado no princípio Sankofa de recuperar o passado para ressignificar o presente.

Versão Final Homologada
13/01/2026 18:15

sejam incluídos nas políticas públicas territoriais.

Gonzaga (2024) examina as políticas públicas dirigidas às famílias de comunidades de terreiro a partir do Cadastro Único, com base em dados do município de Nova Iguaçu. O autor conclui que há uma invisibilidade institucional dessas famílias nas políticas públicas brasileiras, produzida e sustentada por representações sociais estigmatizantes. O estudo demonstra que os terreiros são espaços de resistência e organização comunitária, mas que persistem barreiras para o acesso das comunidades de terreiro aos direitos sociais, tais como o desconhecimento, por muitas famílias, de seus direitos e do próprio Cadastro Único; o preconceito e a discriminação religiosa por parte de agentes públicos, que reforçam estigmas e desestimulam a busca pelos serviços; e obstáculos estruturais, como a localização periférica dos terreiros, a dificuldade de deslocamento até os equipamentos públicos e problemas com a documentação relevante para o cadastro, o que mantém essas famílias em situação de invisibilidade e dificulta seu acesso efetivo às políticas sociais. Diante desse quadro, o autor propõe uma reformulação das políticas sociais com base no respeito à diversidade religiosa e cultural, defendendo a escuta ativa das comunidades tradicionais nos processos de formulação das políticas.

Mandarino et al (2019) analisam as relações entre os terreiros de Candomblé, as agências sociais e as práticas de saúde e elucidam o papel desta instituição social como um agente de proteção social em lugar. Os autores apresentam dados que demonstram que os terreiros de Candomblé atuam como espaço de cuidado integral, aglutinando saberes religiosos, terapêuticos e comunitários. A pesquisa indica que tais espaços são fundamentais para a população em situação de vulnerabilidade e trazem acolhimento e suporte. Mandarino et al defendem a valorização dos saberes ancestrais em serviços públicos, defendendo uma atuação intersetorial em que o terreiro de Candomblé é prestado ao lado de serviços públicos como parceiro estratégico. territórios legítimos de cidadania e de cuidado, sugerindo que estes espaços sejam incluídos nas políticas públicas territoriais.

Os autores Almeida (2021) e Mandarino e Gomberg (2009) discutem em considerar os terreiros como espaços de acolhimento e de cuidado integral. Eles evidenciam que a espiritualidade afro-brasileira atua como apoio emocional e terapêutico, em especial em situações de vulnerabilidade, sendo que Almeida destaca a coexistência de racionalidades médicas e de racionalidades espirituais, enquanto Mandarino e Gomberg ampliam esta visão ao agregar dimensões de cidadania e de solidariedade,

Versão Final Homologada
13/01/2026 18:15

complementando essa ideia nas políticas públicas e suas articulações entre saberes tradicionais e serviços de saúde.

Em diálogo com essa ideia, Vargas *et al.* (2021) propõem uma metodologia própria para medir o bem-estar em comunidades de terreiro, em ruptura com os indicadores, introduzidos pela crítica de Gonzaga (2024), que denunciou a invisibilidade institucional das famílias de terreiro nos sistemas de assistência social. Todos os autores indicam a premente necessidade de reconhecimento, por parte dos critérios culturais e espirituais, nas políticas públicas. Nesse sentido, a territorialidade e a ancestralidade surgem, então, como dimensões centrais da construção do bem-estar e da cidadania.

No domínio da resistência política, Miranda (2021) e Noguera *et al.* (2023) convergem ao apontar o racismo religioso e a proposta de medidas coletivas de enfrentamento. Miranda apresenta a ideia de "política dos terreiros" para expressão de resistência, enquanto Noguera organiza um dossiê que articula cuidado, educação e enfrentamento ao racismo. Ambos os trabalhos corroboram a afirmação de que os terreiros não são apenas espaços religiosos, mas também de identidade política e educativa. Santos (2025) compartilha desta perspectiva ao sugerir que os saberes ancestrais sejam incorporados na administração pública.

Na esfera da educação, Caputo (2012) e Souza (2021) trazem propostas que se complementam. Caputo denuncia a exclusão de crianças de candomblé na escola, enquanto Souza apresenta o jogo Sankofa como uma ferramenta pedagógica antirracista. Ambos defendem uma educação que respeite e valorize os saberes dos terreiros, resguardando o direito à diversidade religiosa. Tal proposta é corroborada por Sant'Anna e Silva (2020), que defendem o reconhecimento da diferença religiosa para o enfrentamento do racismo. A escola é apresentada como um campo de disputa, mas também como um campo de possibilidade de transformação.

Por fim, os autores Pereira *et al.* (2022) e Mandarino *et al.* (2019) se encontram na valorização dos terreiros como territórios de proteção social. Enquanto Pereira analisa os terreiros da Tapera como espaços invisibilizados, Mandarino sugere sua articulação com agências sociais. Ambos sustentam que os terreiros devem ser reconhecidos como parceiros estratégicos na formulação de políticas públicas. A discussão entre os autores revela que, apesar das abordagens estatísticas distintas, há um consenso quanto ao sentido central dos terreiros na promoção da saúde, da educação, da cidadania e da resistência cultural.

Versão Final Homologada
13/01/2026 18:15

3.4.1 As Leis Que Incluíram Cargos Religiosos Afro Como Profissão

Os trabalhos analisados evidenciam uma convergência importante entre todos os autores, que concordam que o Candomblé e outras religiões de origem afro-brasileira ocupam papel central na luta contra a discriminação por racismo religioso, bem como no processo de construção da cidadania. Araújo (2025) salienta o papel das Iyalorisás, que são as lideranças, no processo de transformação do espaço do terreiro em ambiente resistente e de trabalho, enquanto Morais (2021) enfatiza a participação dessas religiões na Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, trazendo à evidência a atuação do Estado, que é chamado a legitimar as referidas práticas de trabalho como profissão.

Nunes (2018), por outro lado, apresenta uma dimensão política, ao assinalar que os movimentos sociais religiosos tomam a iniciativa de pressionar o Estado para que a letra da lei se torne prática, em uma certa medida. Em diálogo, Oliveira (2025) lembra que a fé e resistência são instrumentos de luta contra o racismo e assinalam que o reconhecimento da profissão de luta de cargos religiosos afro é uma forma de reparação histórica, de modo que, para eles, há um consenso de que a institucionalização dos referidos cargos fortalece a identidade cultural, assim como a cidadania. Por outro lado, Pureza et al. (2025) e Veleci (2017) trazem nuances críticas. Pureza et al. (2025) evidencia que o reconhecimento estatal é fruto de uma longa trajetória de resistência e que ainda precisa ser consolidado por políticas públicas mais robustas. Já Veleci (2017) alerta para os obstáculos persistentes, como o racismo estrutural e a intolerância, que dificultam a efetivação dos direitos das comunidades de terreiro. Essa crítica mostra que, embora haja avanços legais, a prática social ainda enfrenta barreiras significativas.

Os autores discutem entre si em torno de três eixos conjuntos: (1) o reconhecimento da relevância das lideranças religiosas afro, tais como os Iyalorisás, que traduzem a fé em profissão; (2) o papel das políticas públicas como instrumentos do Estado para legitimar e proteger esses espaços e (3) a contribuição do Candomblé enquanto espaço de resistência cultural e política. Enquanto alguns autores valorizam as conquistas e os avanços, outros ressaltam os desafios e a necessidade de aumentar o reconhecimento social e jurídico.

Versão Final Homologada
13/01/2026 18:15

3.4.2 A Problemática Do Mapeamento De Terreiros Não Estarem No Radar Da Vigilância Socioassistencial

Os dados iniciais desta pesquisa indicam que, embora a PNAS reconheça povos e comunidades tradicionais, como quilombolas e povos de terreiro, como públicos prioritários da assistência social, os terreiros que se organizam como quilombos urbanos quase não aparecem de forma explícita nos diagnósticos, cadastros e mapas produzidos pela vigilância socioassistencial municipal, o que evidencia uma invisibilidade desses territórios de acolhimento no “radar” oficial da política. Na PNAS, a vigilância socioassistencial é definida como uma das funções centrais da assistência social, responsável por produzir, sistematizar e analisar informações sobre territórios, vulnerabilidades, riscos e capacidades protetivas, identificando quem necessita de proteção social, onde está e em que condições vive, de modo a orientar o planejamento, o monitoramento e a prevenção de exclusão de direitos no âmbito do SUAS.

A questão em torno do mapeamento dos terreiros e sua falta no radar da vigilância socioassistencial é fruto de um processo histórico que resultou na invisibilidade das comunidades tradicionais de matriz africana. Almeida e Oliveira (2022) afirmam que os projetos sociais vinculados ao Ilé Asé Dajo Obá Ogodô demonstram a desresponsabilização do Estado em assumir os terreiros como espaços de proteção e acolhimento. A exclusão da instituição reforça ainda a marginalização das religiões afro-brasileiras da assistência social.

Anjos (2022) mostra com os dados da cartografia dos terreiros do Distrito Federal que esses espaços ainda são invisíveis, mesmo com a reorganização do espaço territorial. O mapeamento dos terreiros se apresenta como ferramenta de resistência e de visibilidade, porém a falta de políticas integradas corrobora com a negligência do Estado. De modo similar, Buco, Zadra e Vandresen (2013) chamam atenção para o fato de a Rede Puxirão ter atuado em torno do reconhecimento dos territórios tradicionais e que, sem trabalhos de sistematização e de mapeamento, os terreiros permanecem fora das estatísticas oficiais.

Ferreira (2022) discorre sobre a territorialização da política de assistência social no município de Três Lagoas/MS, revelando que a gestão local não reconhece os terreiros como território social. França (2017) observa que a insuficiência e fragmentação

Versão Final Homologada
13/01/2026 18:15

caracterizam as políticas públicas voltadas às comunidades de terreiro, perpetuando a invisibilidade institucional. Etcheverria (2024) evidencia ainda este aspecto ao estudar os efeitos das comunidades de terreiro em São Borja, sinalizando que o papel da cartografia é essencial para o reconhecimento e proteção, mas ainda carece de uso pelos poderes públicos.

Gomes (2020) demonstra que os terreiros ocupam espaços de pertença e resistência política, mas não são reconhecidos pelos CRAS e demais dispositivos da assistência social. Gonzaga et al. (2025) propõem a inclusão das famílias de comunidades de terreiro no Cadastro Único, em resposta à demanda das lideranças religiosas, tendo, entretanto, destacado que a ausência de mapeamento institucionalizado torna a proposta inviável. Pereira et al. (2022) ressaltaram que os terreiros da Tapera são territórios sagrados e espaços de resistência social, embora invisíveis às políticas públicas e vigilância socioassistencial.

3.4.3 Contribuições das Religiões De Matrizes Africanas Na Construção De Políticas Públicas Para A População

Bardesio (2023) demonstra que, ao incluir os orixás na agenda dos conflitos públicos, as religiões de matrizes africanas fomentam a participação política das comunidades de terreiro em Santana do Livramento-RS. A autora mostra, com esse esforço, que essas práticas fortalecem a representatividade social e cultural, promovendo o reconhecimento das tradições afro-brasileiras como parceiras da cidadania, tendo em vista que, ao serem incluídas, essas práticas contribuem com políticas de fortalecimento da diversidade religiosa e do combate ao racismo estrutural. O estudo mostra que os terreiros funcionam como espaços de resistência e de articulação política, além do que, a presença dos orixás na esfera pública promove a legitimação de demandas históricas de igualdade.

Gonzaga (2024) analisa como o Cadastro Único e os Programas Sociais se condiciona entre famílias das comunidades de terreiro em Nova Iguaçu. De acordo com a tese, as religiões de matrizes africanas têm contribuído para a inclusão social delas ao requererem o acesso a políticas públicas. O autor ressalta que os terreiros atuam como espaços de acolhimento e de organização comunitária, promovendo o fortalecimento dos vínculos sociais, e esta atuação garante que as famílias marginalizadas sejam reconhecidas pelo Estado em suas especificidades culturais. O estudo mostra que a fé afro-brasileira se articula com as políticas sociais.

Versão Final Homologada
13/01/2026 18:15

Conforme Lima e Pereira (2022), as religiões de matrizes africanas ocupam os espaços públicos em Marabá (PA) como afirmação de identidades negras. Os autores mostram que uma presença das religiões afro-brasileiras alimenta a luta contra o racismo e contribui para políticas de valorização cultural, ao passo que as ações dos terreiros se afirmam como práticas de resistência e de afirmação da memória coletiva. O Trabalho evidencia que a religiosidade afro-brasileira, também ajuda na construção de políticas voltadas à igualdade racial. Além disso, os autores indicam que os rituais e como manifestações culturais são formas de ampliar o reconhecimento das comunidades negras.

Miranda (2021) discute a "política dos terreiros" como uma estratégia de luta contra o racismo religioso e políticas “cristofascistas”. A autora demonstra que os terreiros se mobilizam para resistir às tentativas de silenciamento e exclusão, e essa resistência se concretiza em atividades políticas que reivindicam direitos e o reconhecimento institucional. O estudo evidencia que a religiosidade afro-brasileira é contraponto às hegemonias religiosas excludentes. Além disso, a autora ressalta que os terreiros incitam debates sobre laicidade e diversidade cultural, portanto, elas contribuem para as políticas públicas inclusivas e antirracistas.

Os trabalhos analisados mostram que as religiões de matriz africana ampliam o entendimento de cuidado, saúde, educação e direitos, contribuindo para a construção de políticas públicas mais atentas à diversidade cultural e racial. Nessas pesquisas, os terreiros aparecem como espaços comunitários de proteção e acolhimento, onde se articulam cuidado integral, resistência ao racismo e fortalecimento das identidades negras. Também se evidencia que a fé afro-brasileira tenciona a ideia de Estado laico ao reivindicar o reconhecimento institucional sem abrir mão da autonomia cultural, influenciando especialmente as políticas de igualdade racial e educação, ao defender currículos inclusivos e antirracistas. Em conjunto, essas análises indicam que os terreiros não apenas resistem à exclusão, mas participam da produção de saberes, da afirmação de direitos e da luta por justiça social.

Tadvald e Gonzaga (2017) apresentam a discussão sobre o Conselho Estadual do Povo de Terreiro, no Rio Grande do Sul, como um espaço para a construção de políticas públicas. Os autores evidenciam que o conselho institucionaliza a participação das religiões afro-brasileiras. O estudo analisa que os terreiros, além de contribuírem para políticas de igualdade racial e diversidade cultural, segundo os autores, o conselho fortalece a voz das comunidades negras. A atuação desenvolve o diálogo entre o Estado e a

Versão Final Homologada
13/01/2026 18:15

sociedade civil em termos de políticas de inclusão. Portanto, as religiões de origem africana estabelecem sua presença política.

3.4.4 CRUZAMENTO METODOLÓGICO ENTRE PRINCÍPIOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E PRINCÍPIOS RELIGIOSOS DE MATRIZ AFRICANA

Encontramos neste estudo de TCC a partir de autoras/es que contribuem academicamente e em suas escrevivências para a construção de políticas públicas acolhedoras e protetivas, como resultado, além de identificar os terreiros como espaços de aquilombamento na contemporaneidade, reconhecidos pela Política Nacional de Igualdade Racial, também foi possível identificar nos textos encontrados dados fundamentais para este cruzamento metodológico entre os princípios de religiões de matriz africana e Princípios presentes na política Nacional de Assistência Social como universalidade, integralidade, equidade, participação, autonomia, proteção social, respeito à diversidade, justiça social, solidariedade, dignidade humana e intersetorialidade apresenta profundas semelhanças com os princípios religiosos que são praticados nos terreiros de Candomblé, conforme exposto nas referências do documento. Os terreiros, enquanto espaços que acolhem ancestralmente, promovem a universalidade ao acolher as mais diferentes individualidades do ponto de vista de origem, gênero e sexualidade, o que demonstram o respeito à diversidade e à equidade (Lima e Bomfim, 2021; Gaia, 2021). A integralidade do cuidado é observada na articulação entre a saúde física, a saúde mental e a saúde espiritual, indo além do modelo biomédico, além de valorizar os saberes tradicionais (Cunha, Rossato e Scorsolini-Comin, 2021; Mandarino e Gomberg, 2009). A participação comunitária é um princípio central, pois rituais e decisões são realizados juntos, fortalecendo a autonomia dos sujeitos e a construção de uma rede de apoio (Nascimento, 2006; Santos, 2025). O princípio da proteção social é um presente nos terreiros como o aquilombamento contemporâneo, que provê apoio não só material como emocional frente à vulnerabilidade e ao racismo estrutural (Garcia, 2021; Marques, 2024).

A busca pela justiça social e pela dignidade humana é expressa na luta antirracista e na afirmação de identidades, onde a espiritualidade atua como instrumento de resistência e transformação social (Souza, 2011; Gonzalez, 1988). Por fim, a solidariedade e intersetorialidade é o presente na articulação entre práticas religiosas, políticas públicas e ações educativas, que mostra que o diálogo entre os saberes dos terreiros e as políticas de assistência podem contribuir na construção de estratégias

Versão Final Homologada
13/01/2026 18:15

inclusivas e emancipadoras (Mandarino et al., 2019; Gonzaga, 2024). Assim, a metodologia comparativa evidencia que os princípios religiosos dos terreiros de candomblé não apenas entram em diálogo, mas potencializam os referenciais éticos e políticos da assistência social, apresentando uma abordagem plural, antirracista e humanizadora para o cuidado coletivo.

Versão Final Homologada
13/01/2026 18:15

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo apresentado atingiu seu objetivo maior de analisar o papel dos terreiros de Candomblé como espaços de acolhimento, resistência e atividades de construção de redes de (re)existência social para indivíduos e coletividades em situação de vulnerabilidade. As questões colocadas na introdução do trabalho sobre a maneira pela qual os terreiros viabilizaram práticas de acolhimento em virtude de sua marginalização fortaleceu a identidade negra e como funcionam como quilombos contemporâneos foram respondidas ao longo do estudo, através dos cruzamentos entre os princípios da assistência social e religiosos evidenciando que eles se interagem e se potencializam frente à promoção da dignidade, justiça social e proteção coletiva.

Uma pesquisa mostrou que os terreiros de candomblé como espaços religiosos definidos também são territórios de cuidado integral, de solidariedade e de transmissão de saberes ancestrais, participando enquanto agentes legítimos de proteção social e de saúde, dirigidos especialmente para a população negra, periférica, mulheres e LGBTQIAP+. Evidenciou-se ainda para o estudo que práticas como a comensalidade, a hospitalidade ritual e o acolhimento psicossocial são essenciais na construção do pertencimento e no enfrentamento ao racismo estrutural e religioso.

No entanto, algumas especificidades foram localizadas. A primeira diz respeito à invisibilidade institucional dos terreiros nas políticas públicas e na vigilância socioassistencial dificultando o reconhecimento desses espaços como parceiros estratégicos do Estado. A falta de um mapeamento sistemático e de dados oficiais sobre os terreiros minimiza a abrangência das análises e a edificação de políticas mais eficazes. Além disso, o estudo se concentra em fontes acadêmicas e documentais, o que pode dificultar o acesso às vivências das comunidades de terreiro. Como sugestões para futuras pesquisas, recomenda-se a necessidade de se aprofundar os estudos sobre os impactos, no campo da saúde mental e do bem-estar das populações cuidadas pelas práticas de acolhimento dos terreiros, considerando a realização de pesquisas de campo que implicam a escuta ativa dos sujeitos dessas comunidades.

Sugere-se também o desenvolvimento de metodologias participativas para o mapeamento dos terreiros e a articulação intersetorial entre assistência social, saúde, educação e cultura, movimentos à construção de políticas públicas mais inclusivas, antirracistas e respeitosas às tradições de matriz africana e afro-brasileiras. Por último, destaca-se a importância de ampliar o diálogo entre saberes tradicionais e institucionais,

Versão Final Homologada
13/01/2026 18:15

regulando os terreiros como territórios legítimos de cidadania, cuidado e resistência cultural.

Como concluinte do Curso de Serviço Social, profissão que se ancora tanto na execução como no planejamento de Políticas Públicas, cujo valor ético central e a liberdade como condição para a emancipação, a autonomia e a plena expansão dos indivíduos socias e, ao mesmo tempo como mulher negra e autoridade religiosa na vivência do Candomblé, nesta experiência de escrevivência reconheço a importância de publicações como esta e, evidentemente a necessidade de ampliação da realização de pesquisas acadêmicas que possam contribuir para a luta antirracista.

Versão Final Homologada
13/01/2026 18:15

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade.** São Paulo: Pólen, p.14, 2019.

ALMEIDA, Joaskara Victória de Souza; OLIVEIRA, Tibério Lima. Política social e processo de desresponsabilização do estado: uma análise dos projetos sociais no ilé asé dajo obá ogodô. **RESC–Revista de Estudos SocioCulturais**, v. 2, n. 3, 2022.

ALMEIDA, Sueli. Acolhimento e espiritualidade nos terreiros. **Revista Brasileira de Estudos da Religião**, v. 22, n. 1, 2021.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo. Cartografia dos Terreiros Religiosos de Matriz Africana & a Nova Divisão das Regiões Administrativas do Distrito Federal. **Periódico Eletrônico Geobaobas**, v. 6, n. 1, 2022.

ARAUJO, Gracilene Paiva. **O trabalhar das Yalorixás em terreiros de candomblé no Distrito Federal e Entorno.** 2025. 103 f. Dissertação (Programa Stricto Sensu em Psicologia) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2025.

ARISTIDES, Jackeline Lourenço. **Acolhimento da população negra em sofrimento psicossocial pelo candomblé de Londrina-PR.** 2012. Dissertação de Mestrado em Saúde Coletiva apresentado ao Departamento de Saúde Coletiva da Universidade Estadual de Londrina. 2012.

BARDESIO, Geovana Gabriela. “Orixás na agenda pública”: um estudo sobre participação política e religiões de matriz africana em Santana do Livramento-RS. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 15, n. 2, 2023.

BUCO, Thalyta Forquim; ZADRA, Marcelo; VANDRESEN, José Carlos. Rede puxirão dos povos e comunidades tradicionais: Na construção da visibilidade social e na luta pelo reconhecimento dos territórios tradicionalmente ocupados. **Revista Capital Científico-Eletrônica (RCCe) -ISSN 2177-4153**, v. 11, n. 3, p. 143-160, 2013.

BUENO, Marielys Siqueira; SANTANA, Ursulina Maria Silva. Comensalidade no terreiro de candomblé. **VI Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo**, 2009.

CALIXTO, Vitória Louise. **Grupo Fundo de Quintal: a transformação do samba e o estilo musical como resistência da cultura negra.** 2024. 80 f. Monografia (Graduação em Jornalismo) - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2024.

CANNAVÔ, Vinícius Barbosa; HABOWSKI, Adilson Cristiano; GALIZA, Edmar. A resistência do Rap: Uma Análise Crítica das Músicas de Djonga. **Cadernos Cajuína**, v. 9, n. 5, p. e249518-e249518, 2024.

CAPUTO, Stela Guedes. **Educação nos terreiros e como a escola se relaciona com crianças de candomblé.** Rio de Janeiro: Pallas, 2012.

Versão Final Homologada
13/01/2026 18:15

CAPUTO, Stela Guedes. **Educação nos terreiros: e como a escola se relaciona com crianças de Candomblé.** 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

CARVALHO, Amanda Wanessa Silva; SOUSA, Bruna Layla Viega. Os desafios da Intolerância religiosa no terreiro: Um estudo de caso do impacto dos preconceitos na vivência dos afro-religiosos. **Simpósio de Estudos de Religião na Amazônia**, p. 114. 2024.

CORREIA, Sandro dos Santos; MARQUES, Regina Suama Ngola. Território, saúde mental e Candomblé: figurações e enredos. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 16, n. Edição Especial, 2023.

COSTA, Luane Fernandes. **Performatividades ritualísticas das ialodês nos videoclipes da música negra brasileira contemporânea.** Dissertação (mestrado)- Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. 2024.

COSTA, Lucas Henrique Amaral. **O rap como agente de transformação social: uma análise de sua influência na sociedade brasileira.** 2023. 50 f. Monografia (Graduação em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2023.

Conceitos de vigilância socioassistencial (exemplo de referência): PARANÁ. Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho. **Conceitos de Vigilância Socioassistencial: orientação técnica.** Curitiba, 2020. Disponível em: https://www.justica.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2020-09/orientacao_tecnica_01_conceitos_da_vigilancia.pdf . Acesso em: 5 dez. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de Ética do/a Assistente Social e Lei 8.662/93.** 10. ed. Brasília, DF: CFESS, 2012.

CRUZ, Thiago Garcez da. **Racismo religioso: As operações policiais militares nos espaços sagrados do Candomblé, na cidade de Salvador, entre 2005 e 2023.** 2024. 160 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania). Escola de Administração/Faculdade de Direito, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2024.

CUNHA, Vivian Fukumasu da; ROSSATO, Lucas; SCORSOLINI-COMIN, Fabio. Religião, religiosidade, espiritualidade, ancestralidade: tensões e potencialidades no campo da saúde. ***Relegens Thréskeia***, v. 10, n. 1, p. 143–170, 2021.

DUARTE JUNIOR, Carlos. **Inclusão no Candomblé: Diversidade, Espiritualidade e Axé.** Candomblé Desmistificado, 24 nov. 2024.

ETCHEVERRIA, Gabriel da Rosa. **O axé do meu lugar: cartografia e impactos das comunidades tradicionais de terreiro em São Borja.** 2024. 63 p. Trabalho de Conclusão do Curso (Licenciatura em Ciências Humanas) - Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja, São Borja, 2024.

Versão Final Homologada
13/01/2026 18:15

EVARISTO, Conceição et al. **A escrevivência e seus subtextos. Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo.** Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, v. 1, p. 26-46, 2020.

FERREIRA, Lidiane Antonia. A Territorialização da Política de Assistência Social de Três Lagoas/MS: Uma Análise a partir da Gestão Local. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Três Lagoas**, p. 11-43, 2022.

FERREIRA, Mirelly de Lima *et al.* **A atuação do assistente social no PAIF.** Faculdade São Lourenço – UNISEPE, 2018.

FONTE, Pedro Bergman. **Claves afro-brasileiras: dos terreiros de candomblé à música popular. Uma proposta de ensino rítmico a partir da herança musical africana no Brasil.** Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, 2021.

FOZ DO IGUAÇU. Secretaria Municipal de Assistência Social. **Observatório da Vigilância Socioassistencial.** Foz do Iguaçu, 2024.

FRANÇA, Maria Adelina. Políticas Públicas para Comunidades de Terreiro. **Revista Gestão & Políticas Públicas**, v. 7, n. 1, p. 94-105, 2017.

GAIA, Ronan da Silva Parreira. **Mulheres transexuais do Candomblé Ketu em Ribeirão Preto-SP: costuras identitárias na interface com a saúde mental.** 2021. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

GARCIA, Cecília. Beatriz Nascimento: corpo negro produzindo História nos quilombos do passado e do agora. **Educação e Território**, 23 mar. 2021.

GOMBERG, Estélio. **Encontros terapêuticos no Terreiro de Candomblé Ilê Axé Opô Oxogum Ladê, Sergipe/Brasil. 2008.** Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

GOMES, Marcela de Andrade. CRAS e intervenção psicopolítica: Os terreiros como lugar de pertença, acolhimento e resistência política. **Revista Psicologia Política**, v. 20, n. 47, p. 87-101, 2020.

GONZAGA, Kleber Luiz Alves dos Santos et al. Uma breve proposta para sistematização de atendimento às famílias pertencentes a comunidades de terreiro no cadastro único a partir das demandas de lideranças religiosas do município de Nova Iguaçu. **Revista Tópicos**, v. 3, n. 19, p. 1-16, 2025.

GONZAGA, Kleber Luiz Alves dos Santos. **Nas Encruzilhadas da Inclusão: uma análise de Políticas Públicas para famílias pertencentes a comunidades de terreiro através do Cadastro Único para Programas Sociais - Um estudo em Representações Sociais no município de Nova Iguaçu.** 2024. 228.f Tese (Doutorado em Psicologia) - Instituto de Educação, Departamento de Psicologia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2024.

GONZALEZ, Lélia. **A categoria político-cultural de amefricanidade.** Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69–82, jan./jun. 1988.

Versão Final Homologada
13/01/2026 18:15

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS (IBASE). **Diagnóstico socioterritorial de Foz do Iguaçu.** Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: https://ibase.br. Acesso em: 4 dez. 2025.

LEMES, João Vitor Martins *et al.* **Cultura e identidade quilombola: festas e saberes populares.** Editora Dialética, 2025.

LIMA, Humberto Soares da Silva; BOMFIM, Wanderson Queiroz. **Estudos de gênero e sexualidade na contemporaneidade.** Editora Diálogos, 2021.

LIMA, Ivan Costa; PEREIRA, Linconly de Jesus Alencar. Religiões de matrizes africanas em Marabá (PA): ações nos espaços públicos, afirmando identidades negras. **Revista NUPEM**, v. 14, n. 31, p. 230-247, 2022.

LIMA, Jéssica; BOMFIM, Rafael. Gênero, sexualidade e religiosidade: os terreiros de candomblé como espaços de acolhimento e resistência LGBTQIAP+. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 14, p. 221-228, nov. 2020/abr. 2021.

LIRA, Lucivaldo Paz de; SPIGOLON, Nima. O Candomblé e suas potencialidades como movimento social. **Revista F&T**, v. 29, n. 141, dez. 2024.

MACÊDO, Moema Alves. **Cuidados em saúde pública para povos de comunidades tradicionais de terreiro de candomblé: atravessamentos sensíveis e resistências ao racismo religioso.** 2025. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2025.

MALOCA – Revista de Estudos em Religião e Cultura. Caderno Maloca 2: **De Terreiros – Foz do Iguaçu.** Foz do Iguaçu: UNILA, 2024. Disponível em: https://divulga.unila.edu.br/maloca/wp-content/uploads/sites/28/2024/03/CADERNO-MALOCA-2_compressed.pdf . Acesso em: 4 dez. 2025.

MANDARINO, Ana Cristina de Souza; GOMBERG, Estélio. Dimensões sociais e terapêuticas contemporâneas da religião afro-brasileira Candomblé. **Revista Religare**, v. 6, n. 2, 2009.

MANDARINO, Ana Cristina *et al.* Conexões entre Terreiros de Candomblé, Agências Sociais e Saúdes. **Revista Brasileira de Pesquisa em Saúde**, v. 21, n. 2, p. 134–143, 2019.

MARQUES, Simone Dias. Terreiros de matriz africana em Porto Alegre são invisibilizados pelo racismo religioso e expõem perseguição histórica. **Jornal da Universidade – UFRGS**, 1 fev. 2024.

Ministério da Igualdade Racial. **Política Nacional para Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiro e de Matriz Africana.** Governo Federal, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/politica-nacional-para-povos-e-comunidades-tradicionais-de-terreiro-e-matriz-africana. Acesso em: 14.ago.2025.

MIRANDA, Ana Paula Mendes. A “política dos terreiros” contra o racismo religioso e as

Versão Final Homologada
13/01/2026 18:15

políticas “cristofascistas”. **Debates do NER**, 2021.

MONTESANO, Elisabete da Silva. **Práticas discriminatórias contra as religiões de matrizes africanas no Brasil.** 2024. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

MORAES, Irislane Pereira. **Arqueologia “na flor da terra” quilombola:** Ancestralidade e movimentos Sankofa no território dos Povos do Aproaga-Amazônia paraense. 2021.

MORAIS, Mariana Ramos de. “Povos e comunidades tradicionais de matriz africana” no combate ao “racismo religioso”: a presença afro-religiosa na Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial. **Religião & Sociedade**, v. 41, n. 03, p. 51-74, 2021.

NASCIMENTO, Beatriz. **O conceito de quilombo e a resistência cultural negra.** In: RATTS, Alex. Eu sou Atlântica: sobre Beatriz Nascimento. São Paulo: Instituto Kuanza, 2006. p. 13–26.

NOGUEIRA, Sidnei. **Intolerância Religiosa.** São Paulo: Sueli Carneiro: Pólen, p.19, 2020.

NOGUERA, Renato *et al.* **Dossiê Racismo Religioso, Cuidado e Educação.** Rio de Janeiro: Criola, 2023.

NUNES, Edson de Araújo. **Movimentos sociais religiosos e políticas públicas: entre a letra do Estado e a ação política dos afrorreligiosos.** 2018. 130 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Pernambuco. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica. Mestrado em Psicologia Clínica, 2018.

OLIVEIRA, Érika Cristina de. **Fé e resistência: o enfrentamento das religiões afro-brasileiras ao racismo religioso no Brasil.** 2025. 26f. Trabalho de Conclusão de Curso – Graduação (Direito) - Universidade Estadual de Goiás, Piresdo Rio.

PALMEIRA, Rafael Souza. **A música instrumental do candomblé nagô-ketu e suas possibilidades interpretativas a partir da bateria.** 2024. Tese de Doutorado. [sn].

PAULEK, Jean Carlos. **Cultura e música afro-brasileira como ferramenta de ensino de arte.** 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Música) – Centro Universitário Internacional UNINTER, Curitiba, 2022.

PEREIRA, Laura Isabela Fideles. **Resistências negras: uma análise sobre música e moda no perfil africanizeoficial.** 2024. 77 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2024.

PEREIRA, Lucas de Oliveira. **Xirê Odara: a festa do corpo negro em movimento na dança dos Orixás.** Natal, 2025. 188 f.: il.

PEREIRA, Rodrigo Nelson et al. **Os Territórios Sagrados (In) visíveis: os terreiros de religião afro-brasileira da Tapera e os espaços de resistência e proteção social.** 2022. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social, da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social. 2022.

Versão Final Homologada
13/01/2026 18:15

PNAS (versão usada em cursos/compilações): BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004.** Brasília, DF, 2005. Disponível em: https://cursos.unipampa.edu.br/cursos/servicosocial/files/2015/06/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Assist%C3%AAncia-Social-PNAS1.pdf . Acesso em: 5 dez. 2025.

Povos e comunidades tradicionais – governo federal BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Povos e Comunidades Tradicionais.** Brasília, DF, 2011. Disponível em: https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/povos-e-comunidades-tradicionais . Acesso em: 5 dez. 2025.

Povos e comunidades tradicionais e suas relações com a assistência social (informativo): BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Povos e Comunidades Tradicionais e suas relações com o Sistema Único de Assistência Social.** Brasília, DF: MDS, 2013. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/consulta_publica/Informativo%20PCT.pdf . Acesso em: 5 dez. 2025.

PUREZA, Nelma da Silva et al. Políticas públicas e a fé afro-brasileira - conceito e histórico. **Revista Tópicos**, v. 3, n. 19, p. 1-14, 2025.

ROCHA, Matheus Barbosa da; SEVERO, Ana Kalliny de Sousa; FÉLIX-SILVA, Antônio Vladimir. **O cuidado em saúde promovido pelas religiões afro-brasileiras.** Psicologia: Ciência e Profissão, v. 43, p. e222817, 2023.

RODRIGUES, C. et al. Etnobotânica e resistência cultural: uso litúrgico de plantas em terreiros de umbanda e candomblé em Foz do Iguaçu – PR. ***Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento***, v. 14, n. 11, pág. 1–20, 2025.

SANT'ANNA, Cristiano; SILVA, Isadora Souza da. Pensando diferença religiosa no combate ao racismo religioso. **PLURA – Revista de Estudos de Religião**, v. 11, n. 1, p. 128–143, 2020.

SANTANA, Maria Aparecida Santos. **Epistemologias de terreiro: o lugar-terreiro como promoção de saúde.** 2022. 42 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Sociais) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2022.

SANTANNA, Marilda. **Intérpretes negras na Música Popular Brasileira: vozes dissonantes.** In: ANPUH – BRASIL. 31º Simpósio Nacional de História, Rio de Janeiro, 2021. Anais [...]. Rio de Janeiro: ANPUH, 2021.

SANTOS, Claire. **Candomblé: um processo terapêutico? 2010.** Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Instituto Superior de Psicologia Aplicada (ISPA), Lisboa, 2010. Orientador: Frederico da Silva Pereira.

SANTOS, Jouse Mara Ferreira. Insurgências decoloniais: Validação do espaço e do fazer terapêutico de lideranças femininas de terreiro no cuidado e atenção à saúde mental da mulher negra violentada em tempos de pandemia no estado de Sergipe. **Revista Latino-**

Versão Final Homologada
13/01/2026 18:15

Americana de Estudos Científicos, p. 43-68, 2021.

SANTOS, Marcelo Barros dos. Gestão social, terreiros de candomblé e políticas públicas. **Revista Latino-Americana de Estudos Científicos**, v. 6, n. 27, p. 1–15, jan./jun. 2025.

SILVA, Ana Carolina; OLIVEIRA, João Paulo. “Eu respeito seu amém, você respeita meu axé?”: um estudo etnográfico sobre terreiros de candomblé como organizações de resistência à luz de um olhar decolonial. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 21, n. 4, 2023.

SILVA, Antônia Carla da. **Valorização da cultura afro-brasileira/dança afro no contexto educacional.** 2025. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

SILVA, Ioná Pereira da; PEREIRA, Letícia Mª S. Povos de terreiro, direitos, políticas públicas e seus reflexos nas relações sociais. **Revista da ABPN**, v. 11, n. 28, p. 223–241, mar.–mai. 2019.

SILVA, José Marmo. A Saúde desde os Terreiros: desafios da política nacional de saúde integral da população negra na perspectiva das religiões de matrizes africanas. **Revista Calundu–Vol.**, v. 6, n. 2, 2022.

SILVA, Marcelo Rodrigo et al. Relato de experiência de produção do documentário “ÈPA BÀBÁ: um grito LGBT”. **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – PUC-Minas. 2023.

SILVA, Octávio de Souza Lima. **Juventude negra LGBTQIA+ e suas estratégias político-identitárias Batekoo celebrando as diversidades.** 2021. Tese de Doutorado. Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca.

SIQUEIRA, Sonia Apparecida. Multiculturalismo e Religiões Afrobrasileiras O Exemplo do Candomblé. **REVER: Revista de Estudos da Religião**, v. 9, 2009.

SOARES, Fernanda da Silva Costa et al. Itinerários terapêuticos e religião: Candomblé, Umbanda, Ebó e a busca pela cura do corpo e da alma. ***Brazilian Journal of Development***, v. 7, n. 9, p. 87954-87968, 2021.

SOUSA, Ana Clara Rodrigues Reis de; CAETANO, Gabriel Fernandes. Colonialismo e racismo religioso: as bases históricas da discriminação contra religiões afro-brasileiras sob a perspectiva pós-colonial e decolonial. **Revista Tópicos**, 22 nov. 2024.

SOUZA, Ana Lúcia Silva. **Letramentos de reexistência: poesia, grafite, música, dança: hip-hop.** São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

SOUZA, João Roberto Abraham Silva. **Missão Sankofa: Um jogo de tabuleiro para a desconstrução do racismo religioso no ensino de história.** 2021. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) – Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2021.
SOUZA, Walter Nunes. Religião e educação – a superação do preconceito por meio do conhecimento. **Revista de Pesquisa Interdisciplinar**, v. 5, 2020.

Versão Final Homologada
13/01/2026 18:15

TADVALD, Marcelo; GONZAGA, Francisco Abrahão. O Conselho Estadual do Povo de Terreiro: religiões afro-brasileiras e políticas públicas no Rio Grande do Sul. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 53, n. 2, p. 253-261, 2017.

VARGAS, Everson Jaques *et al.* O significado de bem-estar para a Comunidade de Terreiro do Ylê de Oxalá. Contemporânea – **Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 11, n. 3, 2021.

VELECI, Nailah Neves. Racismo religioso e os obstáculos para o exercício dos direitos das religiões afro-brasileiras. **Direitos dos povos de terreiro**, p. 219. 2017.

Vigilância socioassistencial – orientações técnicas: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **A construção da vigilância socioassistencial no SUAS.** Brasília, DF: MDS, 2013. Disponível em: http://portalsocial.sedsdh.pe.gov.br/sigas/Arquivos/Capacitacao2013/Meta03/compesa/Vigil%C3%A2ncia_Social.pdf . Acesso em: 5 dez. 2025.

ZÉ, Tom. *Senhor cidadão* . Intérprete: Tom Zé. In: ZÉ, Tom. *Tom Zé* . São Paulo: Philips, 1972. 1 disco sonoro.

Lélia Gonzalez (1988

Versão Final Homologada
13/01/2026 18:15